



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 7389 / 24

Rubrica: Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: c198369a-55d2-4ed3-a424-51c76978f712
Protocolo: Processo Requerimento Nº 007389/2024
Data: 25/03/2024 12:17:42
Origem: BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 25/03/2024 12:18:22	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



BRASVIP

Processo Nº: 7329 / 24
Folha: 3

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023

Processo Administrativo n.º 22.400/2023

A empresa BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.595.917/0001-11, com sede na Rua Acácio Novaes Pinheiro, 43, Centro de São João de Meriti/RJ, vem respeitosamente a presença Vossa Senhoria, através do seu representante legal, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

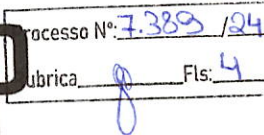
amparada nas disposições do Edital e nos termos da Lei 14.133/21, contra a decisão do Ilustre Pregoeiro que julgou aceita e habilitada a proposta da licitante SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.956.540/0001-68, aduzindo para tanto as razões fáticas e jurídicas que seguem adiante expostas:

1- DO DIREITO PLENO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A RECORRENTE faz constar o seu pleno direito ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado nas normas da licitação, especialmente no artigo 165 da Lei 14.133/21 e no item 22 e seguintes do edital do PE nº 276/2023:

MARCO
ALENCAR E
SILVA:8768307
5787

Assinado digitalmente por MARCO
ALENCAR E SILVA:87683075787
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
29118638000114, OU=presencial, CN=
MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 11:49:02-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0



**MARCO
ALENCAR E
SILVA:876830
75787**



- 14.3.1 - Contiver vícios insanáveis;
14.3.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
14.3.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
14.3.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
14.3.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
14.4 - **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**
14.4.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
14.4.1.1 **que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e**
14.4.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

2.1.a Do indício de inexequibilidade pelo valor da proposta:

Pode-se verificar que o valor ofertado pela empresa declarada vencedora (diária de R\$ 120,30 – Total 363.065,40) configura uma redução do percentual de **68,34%** sobre o valor estimado pelo Edital do PE 276/2023 para o Lote 2, item 5 (R\$ 380,00 – Total 1.146.840,00), percentual muito superior ao indicado no item 14.4 do PE 276/2023 como hipótese de indício de inexequibilidade (50%).

2.1.b Do custo da licitante vencedora maior que o valor da proposta - Proposta vencedora com o valor da diária R\$ 120,30 descumpra o estabelecido na CCT RJ000186/2024 para vigilante de eventos de até 10 (dez) horas, cujo valor é R\$ 151,28:

A licitante vencedora apensou a sua planilha de custos e formação de preços, na tentativa de demonstrar que o valor ofertado para a diária (R\$ 120,30) seria suficiente para arcar com todos os custos devidos, de modo que indicou a convenção coletiva vigente pertinente à função (RJ000186/2024).

Discriminação dos Serviços		
A	Nº Registro CCT	RJ000186/2024
B	Município/UF	Rio de Janeiro/RJ
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2024

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Vig. Não Armado	Diária	

Dados para composição de custos		
1	Função	Vigilante não armado
2	Salário nominativo da categoria profissional	1.829,20
3	Salário nominativo profissional - Diária (Salário Base/30 dias)	60,98
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	24/01/2024

MARCO
ALENCAR E
SILVA:87683075
787

Assinado digitalmente por MARCO ALENCAR
E SILVA:87683075787
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=SEM BRANCO, CN=29118636000114, OU=Presencial, CN=MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 11:49:21-0300
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0



BRASVIP

Ao indicar o salário e encargos a serem desembolsados quando do pagamento da diária, a empresa SINGULAR não atentou para a cláusula 44ª, § 6º, da mesma convenção coletiva (RJ000186/2024), que prevê o pagamento para diárias de evento de até 10 horas o valor de R\$ 151,28 (cento e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), mais lanche, mais fruta e bebida.

Além do valor da diária previsto na CCT citada, temos que considerar que, uma vez que as diárias previstas no presente edital são de oito horas, o vigilante ainda possui direito ao tíquete refeição ou alimentação, cujo valor é estabelecido na cláusula oitava da mesma CCT (R\$ 36,08), que na forma do PAT representa o custo de R\$ 28,64 por dia para cada vigilante.

Assim, resta claro que o custo da diária (R\$151,28) mais o custo da refeição/alimentação (R\$ 28,64) totaliza o valor de R\$ 180,14 (cento e oitenta reais e quatorze centavos, muito superior ao valor ofertado pela empresa vencedora (R\$ 120,30), restando cabalmente demonstrado que o valor da diária oferecido pela empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.956.540/0001-68, é insuficiente para abranger todos os custos da contratação, de modo que sua proposta é inexecutável e deve ser desclassificada de plano.

Segue transcrição da CCT RJ000186/2024:

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

...

Parágrafo Sexto – Jornadas Especiais para Eventos:

...

O vigilante convocado pela empresa para prestar serviços em evento, fará jus a remuneração mínima de:

Período de até 10 HORAS = Mínimo de R\$ 151,28 (cento e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos) com acréscimo do INPC acumulado no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 + lanche (sanduiche misto + 01 fruta + 01 bebida);

...

O vigilante fará jus após a sexta hora de trabalho ao recebimento de tíquete refeição, ou a alimentação fornecida alternativamente ao empregado, segundo as Normas do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

O pagamento dos valores previstos neste parágrafo será efetuado, diretamente ao vigilante, imediatamente ao término do evento, sendo assegurado ao profissional o

MARCO
ALENCAR E
SILVA:876830
75787

Assinado digitalmente por MARCO
ALENCAR E SILVA:87683075787
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
29118636000114, OU=presencial, CN=
MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 11:49:34-03'00"



BRASVIP

recolhimento pela empresa dos encargos previdenciários de acordo com a legislação vigente.

Cabe ao tomador de serviço ou produtor a fiscalização do estrito cumprimento das normas ora convencionadas, notadamente quanto a legalidade e valores, sob pena de responder solidariamente pelo descumprimento. (Súmula 331 do TST).

Em se tratando de vigilante não pertencente ao quadro funcional da empresa prestadora do serviço, esta fica obrigada a assinar, com aquele profissional, contrato particular de prestação de serviço eventual.

Quando da convocação, a empresa exigirá do profissional vigilante apresentação do Curso de Formação em reciclagem (quando for o caso) atualizada e a Carteira Nacional de Vigilante (CNV).

Importante ressaltar a **responsabilidade do agente público quando da contratação por parte da Administração Pública**, conforme conteúdo da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho - TST:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE

...

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. (grifo nosso)

Na lição de Marçal Justen Filho:

A licitação não se destina pura e simplesmente a selecionar a proposta de menor valor econômico, mesmo quando adotado tipo menor preço. Visa selecionar proposta de menor valor que possa ser executada satisfatória e adequadamente. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo: DIALÉTICA, 2010, p. 614)

Na sessão plenária do TCU de 23/8/2017 - ACÓRDÃO 719/2018 - o relator da matéria, o eminente Ministro Bruno Dantas, submeteu ao Plenário minuta de resposta à consulente nos seguintes termos:

**MARCO
ALENCAR E
SILVA:87683
075787**

Assinado digitalmente por MARCO
ALENCAR E SILVA:87683075787
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
29118636000114, OU=presencial, CN=
MARCO ALENCAR E
SILVA:87683075787
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 11:49:43-03'00'



"9.2.1. embora não haja determinação legal explícita nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011, dentre outras normas legais que instituem regimes de licitações e contratações públicas, que obrigue os licitantes a levar em consideração as despesas decorrentes do cumprimento de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho na formulação de suas propostas, o art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal de 1988, e o art. 611 do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) conferem caráter normativo a tais instrumentos, tornando obrigatória, assim, a observância desses ajustes em quaisquer contratos da Administração Pública em que seja necessário o emprego da mão de obra de trabalhadores;

Ainda segundo o TCU, no acórdão 614/2008 – Plenário:

9.3.3.1. para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os baseados na alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida se encontra amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, esse pacto laboral deve ser rigorosamente observado nas licitações efetivadas pela Administração Pública e nas contratações delas decorrentes;

Na mesma linha de pensamento, o jurista Marçal Justen Filho expõe opinião de que, caso as propostas apresentadas pelos licitantes não respeitem as obrigações e encargos trabalhistas, devem ser desclassificadas do certame:

A composição de custos do particular envolve encargos trabalhistas em face dos próprios empregados.

...

Logo, a formulação de propostas que revele a ausência de cumprimento das obrigações trabalhistas impõe à Administração pública o dever de adotar providências de desclassificação.

(Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo: DIALÉTICA, 2012, ed. 15, pag. 630, grifamos).

De mais a mais, é possível inferir a necessidade de consideração dos pactos coletivos, haja vista que as obras e serviços precisam ser orçados adequadamente em etapa prévia à licitação. Destarte, como tais acordos tem força normativa, sua observância constitui condição fundamental para conformidade desses orçamentos.

De fato, há que ser utilizado como critério de classificação das propostas os pisos remuneratórios estabelecidos em acordo, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, critério este que, na realidade, está implícito e é de observância obrigatória no processamento da licitação, ante o seu caráter normativo, senão vejamos:

“Art. 611 da CLT. Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”.



BRASVIP

O licitante não pode praticar preços inferiores aos valores estabelecidos nos instrumentos coletivos de negociação trabalhista, pois eles estabelecem o piso a ser praticado pelo mercado e o artigo 48 da Lei 14.133/21, dispõe:

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

...

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

Diante do exposto, **a proposta da empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA**, CNPJ nº 40.956.540/0001-68, **deve ser DESCLASSIFICADA**, tendo em vista que apresentou preço incompatível com o praticado no mercado, sendo sua proposta claramente INEXEQUÍVEL.

2.2 Inabilitação por deixar de comprovar a Qualificação Técnica, pois não apresentou a Autorização da Polícia Federal para empresas de vigilância, em consonância com a exigência contida no item 19.3 do edital do PE 276/2023, c/c item 4.4 do Apêndice B do Termo de Referência do mesmo diploma editalício:

Preliminarmente convém trazer a lume o que dispõe a Lei 14.133/21 sobre a licitação pública, sobretudo quanto à observância aos princípios constitucionais:

“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

...

“Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.”

O Edital do PE 276/2023 trouxe a exigência de autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal para empresas de vigilância, o que pode ser facilmente verificado no item 19.3 do edital do PE 276/2023, c/c item 4.4 do Apêndice B:

...



BRASVIP

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.3 Lote 02 Apoio a segurança não armada, vide Apêndice B;

...

APÊNDICE B

...

LOTE 02

Apoio a Segurança Não Armada

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4 Apresentar autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal conforme a Portaria 18.045/2023 (Ministério da Justiça e Segurança Pública / Polícia Federal).

O item citado foi incluído no Edital do PE 276/2023 após impugnação e parecer da Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo, como podemos verificar abaixo:

À Comissão de Pregão I

A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade vem por meio deste informar que, após análise e emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município, acatamos a sugestão de retificação do edital.

Informo ainda que no Anexo V (Apêndice B) foi adicionado o item 4.4, fls. 387 do Processo Administrativo 22400/2023. Este item assegura a conformidade com as normativas vigentes para contratação de segurança não armada.

Nova Friburgo/RJ, 24 de janeiro de 2024

Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo
Mat: 062.790

Após a retificação do edital para a inclusão da exigência de autorização da Polícia Federal e a publicação da nova data de realização do certame, a empresa SINGULAR, declarada vencedora, tentou impugnar o Edital, pedindo, dentre outras coisas, para que a exigência contida no item 4.4 do apêndice B fosse retirada. Entretanto, após parecer fundamentado da PGM, o referido pedido foi negado pela Comissão de Licitação:

**MARCO
ALENCAR E
SILVA:876830
75787**

Assinado digitalmente por MARCO
ALENCAR E SILVA:87683075787
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), CN=
29118636000114, OU=presencial, CN=
MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2024.03.22 11:50:15-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0



BRASVIP

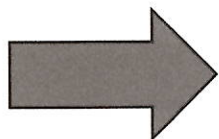
Processo Nº: 7.389/24
Fabrica: 8 Fls: 11

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, apresenta-se as seguintes conclusões:

i) a atividade de vigilância patrimonial é considerada como atividade de segurança privada, dentre elas, aquela exercida em eventos sociais, públicos ou privados, na forma do § 3º, inciso I, do art. 1º da Portaria n. 18.045/2023;

ii) para o exercício da atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais é necessário que os profissionais, além do curso de formação de vigilante, tenham formação no curso de extensão em segurança para eventos sociais, conforme art. 19, parágrafo único e art. 151 da Portaria n. 18.045/2023;



iii) o item 4.4 está em consonância com a legislação vigente, eis que a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal trata-se de condição essencial para o funcionamento das empresas de segurança privada, na forma do art. 1º, § 1º da Portaria n. 18.045/2023 e art. 14, I c/c art. 20, I, 'a' da Lei n. 7.102/1983;

iv) o item 4.2 está em consonância com a previsão legal, na forma do art. 67, III da Lei n. 14.133/2021, que possibilita a exigência da indicação e qualificação de cada membro da equipe técnica que será responsável pelo objeto licitado, sendo certo que a Carteira Nacional de Vigilante se trata de documento de uso obrigatório pelo vigilante, conforme dispõe o art. 152 da Portaria n. 18.045/2023.

Destarte, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, **opina-se pelo não acolhimento da impugnação, com a remessa dos autos à Secretaria de Turismo** para ciência e adoção das providências que entender cabíveis.

Restou demonstrado cabalmente que a exigência contida no item 4.4 do Apêndice B do edital 276/2023 é necessária para a qualificação técnica da licitante vencedora. **Todavia, apesar de todos os pareceres, tal item não foi verificado e a empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 40.956.540/0001-68, foi declarada vencedora, mesmo não atendendo aos requisitos de habilitação do edital.**

MARCO
ALENCAR E
SILVA:876830
75787

Assinado digitalmente por MARCO
ALENCAR E SILVA:87683075787
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
29118636000114, OU=presencial, CN=
MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 11:50:26-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0



BRASVI P

Pelo princípio da vinculação ao edital, previsto expressamente no art. 5º, da Lei 14.133/2021, o edital vincula todos os licitantes e até mesmo à Administração Pública, conforme o antigo jargão "o edital é lei do pregão". Nesse sentido, o pregoeiro não podia se desvincular da exigência do edital e habilitar empresa que descumpra o requisito, sob pena de não só ferir o princípio da vinculação ao edital, como também os princípios do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, dentre outros previstos no art. 5º, da Lei 14.133/2021, isso porque fere, ainda, o direito das demais licitantes que tenham atendido a exigência.

Ressalte-se, ainda, que ao habilitar empresa que descumpra o requisito objetivo descrito no edital o pregoeiro estaria deixando de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme objetivo do processo licitatório previsto no art. 11, I, da Lei 14.133/2021, tendo em vista que deixaria de selecionar outra licitante que atendesse a exigência.

Ainda quanto à vinculação ao instrumento convocatório, convém arrolar as decisões, as quais, demonstram que o Pregoeiro, durante a realização da sessão pública, não pode dar interpretação diversa daquela prevista no edital:

a) STF - RMS 23640/DF - EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (Grifo nosso)

b) STJ - RESP 1178657 - ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO.** DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA (Grifo nosso)

c) TCU - Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara. REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. **MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO**

MARCO
ALENCAR E
SILVA:8768307
5797

Assinado digitalmente por MARCO ALENCAR E
SILVA:87683075797
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de
Recursos Humanos - RFB, OU=RFB e-CPP
A1, OU=(EM BRANCO), OU=29118636020114,
OU=presidente, CN=MARCO ALENCAR E
SILVA:87683075797
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 11:50:37-03:00



BRASVIP

Processo Nº: 7.389/24
Rúbrica: *sp* Fls: 13

AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. (Grifo nosso)

d) TRF1 - AC 200232000009391 - “Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art.



BRASVI P

Processo Nº: 7389 / 24
Fls: 14

foram notificados. Em caso de descumprimento, eles podem ser responsabilizados criminalmente.

Segundo a PF, a atividade de segurança privada deve estar previamente autorizada pela Polícia Federal, não só em casos de prestação de serviço de vigilância armada, mas também para quem trabalha sem armas. Assim como todos os vigilantes também precisam estar capacitados, com curso de formação específico e com reciclagens a cada dois anos.

Denúncias sobre irregularidade ou clandestinidade nas atividades de segurança privada podem ser feitas à Polícia Federal pelo telefone (21) 2203-4880 ou pelos e-mails: delesp.drex.srj@pf.gov.br / ucv.ars@pf.gov.br. (grifo nosso)

3 - CONCLUSÃO:

Diante de todas as exposições, não resta dúvida sobre a imposição de necessária desclassificação da proposta e inabilitação daquelas licitantes que não atendam às exigências contidas no Edital e seus anexos.

Segundo ensinamentos do professor José dos Santos Carvalho Filho:

“se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade da administração, à impessoalidade e à probidade administrativa”.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como já bem demonstrado, obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no Edital, sob pena de configuração de ilegalidade.

4 - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer que sejam recebidas as razões recursais, e por estarem presentes todos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, reconheça o Ilustre Pregoeiro o presente recurso administrativo, **dando-lhe provimento para providenciar DESCLASSIFICAÇÃO e a INABILITAÇÃO da empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 40.956.540/0001-68.**

MARCO
ALENCAR E
SILVA:8768307

5707

Assinado digitalmente por MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), CN=29118638000114, OU=presencial, CN=MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.22 11:51:00.000000



BRASVIP

Processo Nº: 7.389 / 24

Fabrica: 8 Fls: 15

Na remota hipótese de indeferimento, visto a substantiva quantidade de irregularidades constatadas e aqui evidenciadas, requer que sejam encaminhadas cópias de inteiro teor do processo aos seguintes Órgãos:

- 1 - Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ;
- 2 - Superintendência da Polícia Federal do Estado do RJ – DPF (DELESP – Delegacia de Controle da Segurança Privada);
- 3 - Sindicato dos Vigilantes de Nova Friburgo/RJ, CNPJ 32.552.606/0001-26;
- 4 - Ministério Público Estadual; e
- 5 - Ministério Público do Trabalho.

Termos em que,

Pede deferimento.

São João de Meriti, 21 de março de 2023.

**MARCO
ALENCAR E
SILVA:87683075
787**

Assinado digitalmente por MARCO ALENCAR
E SILVA:87683075787

ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
29118636000114, OU=presencial, CN=
MARCO ALENCAR E SILVA:87683075787

Razão: Eu sou o autor deste documento

Localização:

Data: 2024.03.22 11:51:09-03'00'

Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0

BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA - CNPJ 39.595917/0001-11

MARCO ALENCAR E SILVA

CPF 876.830.757-87

Pag. 1/6



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1114039-0

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

00-2022/657197-1

JUCERJA

Último arquivamento:

00004989356 - 08/07/2022

NIRE: 33.2.1114039-0

BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Boleto(s): 104135986

Hash: 664996D8-8156-488C-A990-12211550FEF2

Processo Nº: 7.389/24

Rubrica: 8 Els: 17

18/08/2022 18:49:38

Orgão	Calculado	Pago
Junta	413,00	413,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xxx	XX
xxx	xxx	XX
xxx	xxx	XX
xxx	xxx	XX

Requerente

Rio de Janeiro

Local

18/08/2022

Data

Nome:	Monica Costa
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2135057613
E-mail:	monicacosta.m@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	18/08/2022
Data da 1ª entrada:	



00-2022/657197-1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA

NIRE: 332.1114039-0 Protocolo: 00-2022/657197-1 Data do protocolo: 18/08/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/08/2022 SOB O NÚMERO 00005056211 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 51D308C13179F357512EE4CDD491ECD3C53EED10153C935F65AEB416033EEDFF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinada digitalmente

Pag. 2/6

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Marco Alencar e Silva, brasileiro, solteiro, natural do Rio de Janeiro, policial militar REFORMADO, portador da identidade nº 200410035-6, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob nº 876.830.757-87, residente e domiciliado à Rua Sebastião Reis, 43, Centro, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26.255-215, único sócio da empresa BRAVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA CNPJ nº 39.595.917/0001-11, registrada na Jucerja sob o NIRE nº 332.1114039-0 arquivado em 28/10/2020. Resolve promover a segunda alteração contratual mediante as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto social abrangerá as seguintes atividades:

8011-1/01 - ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA;

8020-0/01 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Face a deliberação realizada no item acima, resolve o sócio consolidar o contrato social da sociedade que passa a vigor com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA
39.595.917/0001-11

Marco Alencar e Silva, brasileiro, solteiro, natural do Rio de Janeiro, policial militar REFORMADO, portador da identidade nº 200410035-6, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob nº 876.830.757-87, residente e domiciliado à Rua Sebastião Reis, 43, Centro, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26.255-215, único sócio da empresa BRAVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA CNPJ nº 39.595.917/0001-11, registrada na Jucerja sob o NIRE nº 332.1114039-0 arquivado em 28/10/2020. Resolve consolidar o contrato social da empresa mediante as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob o nome empresarial “**BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA**” e terá sede e domicílio na Rua Acácio Novaes Pinheiro, nº 43, Centro, São João de Meriti/RJ, CEP 25.515-090.

CLÁUSULA SEGUNDA – O capital social será R\$ 355.500,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), divididos em 355.500 (trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada:

NOME	QUOTAS	VALOR	%
MARCO ALENCAR E SILVA	335.500	R\$ 355.500,00	100%
TOTAL	355.500	R\$ 355.500,00	100%

Parágrafo Único – As quotas do capital social serão integralizadas neste ato em moeda corrente do País.

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto abrangerá as seguintes atividades:

8011-1/01 - ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA;

8020-0/01 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO.

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciará suas atividades a partir de seu registro e terá duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade do sócio é restrita e limitada ao valor de suas quotas.

CLÁUSULA SÉTIMA – A administração da sociedade será exercida pelo sócio Marco Alencar e Silva, com os poderes de gerir os negócios da sociedade, firmando todo e qualquer documento e/ou ato que criem direitos e obrigações para a sociedade, podendo ainda representar a sociedade em juízo ou fora dele, autorizado o uso do nome empresarial.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Único – A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano (mensal, bimestral, trimestral, quadrimestral e/ou semestral), e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias poderão ser distribuídos mensalmente ao sócio cotista, a título de antecipação de distribuição de lucros, proporcionalmente às cotas de capital.

CLÁUSULA NONA – Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designará administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – A sociedade poderá a qualquer momento, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante a alteração contratual assinada pelo sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Falecendo ou em caso de interdição do sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica eleito o Foro desta cidade para as questões emergentes do presente contrato de sociedade.

E por estarem assim justos e contratados, obrigam-se por si, seus herdeiros e sucessores a cumprir fielmente este contrato.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022.

MARCO
ALENCAR E
SILVA:876830757
87

Marco Alencar e Silva

Assinado digitalmente por MARCO ALENCAR E
SILVA:876830757
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=2234979000102, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU= (em branco), CN=MARCO ALENCAR E
SILVA:876830757
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.08.18 14:20:58-03'00'
Fonte: DSC-Região: Versão: 12.0.0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA

NIRE: 332.1114039-0 Protocolo: 00-2022/657197-1 Data do protocolo: 18/08/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/08/2022 SOB O NÚMERO 00005056211 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 51D308C13179F357512EE4CDD491ECD3C53EED10153C935F65AEB416033EEDFF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





Processo Nº: 1.389/24
Rubrica: 8 Fls: 21

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA, NIRE 33.2.1114039-0, PROTOCOLO 00-2022/657197-1, ARQUIVADO EM 22/08/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005056211, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
876.830.757-87	MARCO ALENCAR E SILVA
084.899.657-73	MONICA COSTA

22 de agosto de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA

NIRE: 332.1114039-0 Protocolo: 00-2022/657197-1 Data do protocolo: 18/08/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/08/2022 SOB O NÚMERO 00005056211 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 51D308C13179F357512EE4CDD491ECD3C53EED10153C935F65AEB416033EEDFF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEJA
assinado digitalmente

Pag. 6/6



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

Pregão Eletrônico nº 276/2023

**SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM
FACILITIES E SEGURANCA LTDA**, nome fantasia: *Grupo Singular*, pessoa jurídica
de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.956.540/0001-68, inscrição estadual:
11.992.668, inscrição municipal: 102.429.427-53, com sede na Rua Souza Cardoso, nº
04, Centro, Nova Friburgo-RJ, representada neste ato por seu sócio administrador,
CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA, brasileiro, casado, empresário, portador
da cédula de identidade de nº 11.395.583-5, inscrito no CPF sob o nº 052.161.307-80,
telefone de contato (22) 99972-4606, por intermédio de sua procuradora subscrita, vem,
respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO
ADMINISTRATIVO**

interposto por BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.595.917/0001-11.



GRUPO SINGULAR

CNPJ/MF 40.956.540/0001-68

Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro

Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo Nº:	+389 / 24
Autuação	Fls. 23

DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do item 22.7 do Edital nº 273/2023, cabe apresentação de contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis pelos demais licitantes.

Portanto, tendo a RECORRENTE apresentado as razões do recurso no dia 22.03.2024, sexta-feira, tem-se que a prazo para contrarrazões iniciou-se em 25.03.2024, encerrando-se em 27.03.2024, sendo a presente tempestiva.

I – DOS FATOS

A RECORRIDA é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta totalmente de acordo com o edital, apresentando seu melhor preço, e as melhores condições para a Municipalidade.

Entretanto, a RECORRENTE, com o claro intuito de tumultuar o andamento do certame e induzir a Administração Pública ao erro, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista a desconsiderar os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Dois são os pontos principais apresentados pela empresa RECORRENTE em sua peça recursal: 1 – a proposta apresentada pela empresa RECORRIDA é inexequível pois o valor proposto não coaduna com o piso salarial acordado para a categoria de VIGILANTES; e 2 – a RECORRIDA não apresentou a autorização para funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal para empresas de segurança privada.

Sendo assim, podemos afirmar que o recurso se baseia tão somente na premissa de que o serviço contratado deve ser efetuado por vigilantes, no entanto, este pressuposto encontra-se diametralmente oposto à determinação legal exposta na Portaria 18.045/2023 da PG/DPF.



GRUPO SINGULAR

CNPJ/MF 40.956.540/0001-68

Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro

Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo Nº:	1389/24
Rubrica	Fls: 29

Inicialmente, há que se ressaltar que o Edital original não apresentava o item 4.4, que requer apresentação da certificação da Polícia Federal, sendo tal exigência inserida no certame somente após tendenciosa impugnação realizada pela própria empresa RECORRENTE objetivando tão somente FRUSTRAR O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO e CAUSAR PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO.

Com a errônea inclusão do requisito acima mencionado, a empresa RECORRIDA apresentou impugnação ao Edital, visando a correção da ilegal exigência. No entanto, teve seu pedido indeferido com fundamento em equivocada interpretação do art. 19 da Portaria 18.045/2023, PG/DPF.

O escopo de frustrar o caráter competitivo do certame ficou evidente durante a sessão de julgamento. Enquanto as empresas Grupo Singular e Facilities Rio Gestao E Serviços Ltda baixavam consecutivamente o valor de suas propostas, objetivando apresentar o melhor preço possível para a Municipalidade, a empresa RECORRENTE sabedora de antemão que sairia vencedora da licitação, pois havia conseguido incluir no edital exigência ilegal que eliminaria 80% das empresas licitantes, apresentou apenas duas propostas contíguas com a diferença irrisória de R\$ 1,00 (um real), proposta essa 240% mais cara do que as apresentadas pelas concorrentes,.

Apesar de haver mantido a exigência de apresentação de autorização de funcionamento pela Polícia Federal, quando da interposição da impugnação pelo Grupo Singular, conclui-se que a Municipalidade retrocedeu em sua decisão, entendendo que exigir a autorização da Polícia Federal é ilegal por restringir injustificadamente a competitividade da licitação, face a impossibilidade de atuação dos vigilantes em espaços de uso comum do povo.

A RECORRIDA com intuito de extirpar de vez todas as dúvidas quanto este tema, enviou no dia 20.03.24, pedido oficial de emissão de parecer jurídico à Comissão de Vistoria da Polícia Federal, órgão responsável pela fiscalização das empresas de segurança privada junto ao Departamento da Polícia Federal, já que possui certeza quanto a ilegalidade de atuação dos VIGILANTES em espaços de uso comum do povo, conforme comprovação em anexo.



Thais Honório Teixeira <thaisteixeira.advocacia@outlook.com>

Qua, 20/03/2024 11:52

Para: cv.mce.rj@pf.gov.br <cv.mce.rj@pf.gov.br>

3 anexos (17 MB)

EDITAL - PE 276 - 2023.pdf; APENSO AO ANEXO 1 - ETP - PE 276 - 2023.pdf; RESPOSTA IMPUGNAÇÃO SINGULAR DE FRIB ESP FAC E SEGURANÇA LTDA PDF.pdf-20240320T142303Z-001.zip;

À Comissão de Vistoria da Polícia Federal – Delegacia Descentralizada de Macaé

A Prefeitura de Nova Friburgo-RJ lançou, no final do ano passado, o Edital de nº 276/2023 no qual requer a contratação de “apoio a segurança não armada para eventos – item 2”.

Ao descrever o serviço a ser prestado, a Administração não inclui atividades típicas de vigilantes, informando no edital que os profissionais irão realizar “a ação de controle de fluxo de pessoas durante um evento, bem como orientação do comportamento do público”.

Ocorre que, apesar de não descrever atividades inerentes a segurança privada tais como, como garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio, através de revista e abordagem pessoal, o Pregoeiro requereu, como requisito para habilitação das empresas licitantes, a apresentação de lista de profissionais que possuam a Carteira Nacional de Vigilantes, bem como, a autorização de funcionamento para empresas de vigilância privada expedida pelo Departamento da Polícia Federal.

Para além da errônea caracterização do serviço prestado, há que se considerar que os eventos listados no edital, nos quais os profissionais contratados iram atuar, ocorrem invariavelmente em espaços de uso comum do povo, sejam estes, praças públicas, ruas, calçadas, ou estacionamentos públicos, nos quais, torna-se impossível o estabelecimento de um perímetro determinado e fechado que permita a atuação de profissionais da segurança privada.

Em resposta a impugnação ao Edital, apresentada no dia 29.02, no qual a empresa licitante acusa a impertinência dos requisitos para habilitação acima mencionados, a Municipalidade decidiu pela improcedência da impugnação, informando que o art. 19 da Portaria DG/PF nº 18.045/2023, cuja aplicabilidade de restringe a eventos sociais ao mencionar “outros locais, públicos ou privados”, estaria autorizando a atuação dos vigilantes em espaços de uso comum do povo.

Desta forma é o presente para requer esclarecimento das normas legais expostas nos arts. 3º, 18 e 19 da Portaria DG/PF nº 18.045/2023, acerca da atuação do vigilante patrimonial em espaços públicos de uso comum do povo, tais como, praças, ruas e calçadas.

A medida tornou-se indispensável a solução da lide, já que o Pregoeiro e a Procuradoria do Município, ao julgarem a impugnação ao Edital apresentada pela empresa RECORRIDA, optaram por desconsiderar a literalidade dos artigos 1º, §3º e 18 da Portaria 18.045, bem como, os Pareceres de nº 14508025/2020 e 1757/13, emitidos pela PG/DPF, que categoricamente proíbem a atuação dos vigilantes nas vias públicas e demais bens de uso comum do povo.

Resta ainda salientar que eventual procedência do presente recurso importará prejuízo ao erário municipal montado em valor superior a meio milhão de reais, consubstanciado no valor que a Administração Municipal pagará a mais pela contratação da Empresa Brasvip.



Com relação ainda sobre as intenções da empresa recorrente, impõe trazer a lume sua atuação no pregão eletrônico de nº 174/2022 do Município de Rio das Ostras.

Inicialmente cumpre estabelecer que naquele processo licitatório os serviços a serem contratados de fato deveriam ser desempenhados por vigilantes, uma vez que os profissionais, conforme consta naquele edital atuaram invariavelmente em espaços fechados ou bem delimitados, no entanto, a Administração Pública não requereu a apresentação de autorização de funcionamento pelo DPF, nada obstante a empresa recorrente não se importou em impugnar o edital para incluir a referida exigência no rol das requisitos para habilitação.

Além disso, o preço ofertado naquele processo licitatório foi de R\$ 236,56 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos) muito inferior ao apresentado neste certame, o que comprova que o preço ofertado neste pregão sequer representa o melhor preço praticável pela empresa.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1– DO SUPOSTO RISCO DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A empresa RECORRENTE afirma em sua peça recursal que a proposta vencedora deve ser desclassificada pois apresenta indício de inexecuibilidade, uma vez que representa redução superior à 50% do valor estimado pela administração no Edital do PE 276/2023, conforme previsto no item 14.4 do instrumento licitatório.

Inicialmente cumpre estabelecer que o item 14.4 não impõe uma regra objetiva a ser cumprida pelo servidor público, e sim, uma hipótese, ou melhor, como o próprio texto legal afirma, um indício a ser considerado pela administração em sua decisão discricionária.

No caso em concreto, a RECORRIDA apresenta provas robustas e concretas quanto a exequibilidade de sua proposta que superam em muito a mera hipótese legal suscitada.

Pois bem! A empresa RECORRIDA foi vencedora do Pregão Eletrônico de nº 007/2023, no qual o objeto licitatório foi idêntico ao atualmente apresentado.



Naquela ocasião o valor da diária ficou estipulado em R\$ 112,30 (cento e doze reais e trinta centavos). A empresa desempenhou suas atividades durante todo o ano de 2023 até o mês de fevereiro de 2024, sem apresentar nenhuma intercorrência que poderia vir a desabonar sua conduta.

De todo modo, junta-se aos autos Ata de Registro de Preços nº 68/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2023, e relatório de Liquidações e Favorecidos retirado no Portal da Transparência da PMNF, através dos quais resta comprovada a exequibilidade da proposta apresentada pelo Grupo Singular.

2.2 – DA FORMAÇÃO DO PREÇO E DA INAPLICABILIDADE DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO Nº RJ 000183/2024

Ao elaborar planilha de custo e formação de preços, a RECORRIDA utiliza o salário do vigilante como paradigma para a formação de seu preço, entretanto esta utilização não significa que os serviços contratados se incluem nesta categoria profissional.

O edital PE 276/2023 requer apresentação de lista nominativa de 10 (dez) vigilantes que atuem como coordenadores das equipes de APOIO À SEGURANÇA NÃO ARMADA, que desenvolverão as atividades durante os eventos, **obviamente que estes profissionais não estarão atuando IN LOCO, uma vez que ao vigilante patrimonial é vedado exercício laboral em vias públicas**, razão pela qual não há que se levar em conta a remuneração estabelecida para o vigilante de eventos.

Mesmo entendendo que a equipe de APOIO A SEGURANÇA NÃO ARMADA não será composta por vigilantes, a RECORRIDA optou por basear seus cálculos sobre o salário destes profissionais, primeiro por ser um cálculo favorável aos trabalhadores e, segundo, por entender que a equiparação da remuneração destes trabalhadores a dos vigilantes-coordenadores gera uma maior coesão entre a equipe.

Assim, podemos vislumbrar que o argumento trazido pela RECORRENTE de que a proposta vencedora “descumpre o estabelecido na CCT RJ000186/2024 para vigilante de eventos de até 10 (dez) horas, cujo valor é R\$ 151,28” não merece prosperar



GRUPO SINGULAR

CNPJ/MF 40.956.540/0001-68

Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro

Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo Nº:	4389/24
Rubrica	
Fls:	28

e mais uma vez tem o único objetivo de induzir a Administração Pública ao erro, tentando aplicar ao Edital previsões legais não possuem liame lógico com o serviço a ser prestado.

2.3 DA ILEGAL EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL PARA EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA

É uníssono o entendimento da Polícia Federal quanto a proibição do vigilante de atuar, armado ou desarmado, em locais de uso comum do povo, tais como ruas, praças e estacionamentos públicos. A tese é conformada por quaisquer servidores do Departamento da Polícia Federal como também expressamente apresentado nos Pareceres de nº 14508025/2020 e 1757/13, abaixo transcritos.

2. Inicialmente, para melhor contextualizar o desempenho das atividades de segurança privada, há que se destacar que referida é vedada em espaços de uso comum do povo, tais como ruas, avenidas, praças, calçadas, estacionamentos públicos ou qualquer outro espaço similar, protegidos, em princípio, pelas forças públicas de segurança pública.

3. Com efeito, esta Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos (CGCSP) tem o entendimento de que a vigilância patrimonial privada somente pode ser realizada, nos termos da Lei nº 7.102/83, Decreto nº 89.056/83 e Portaria nº 3.233/12-DG/DPF, em estabelecimentos, privados ou públicos. Nestes locais podem ser utilizados, inclusive, armas não letais, desde que respeitados os requisitos expressos na citada Portaria (...).

7. Nessa linha de ideias, forçoso concluir, portanto, que a atividade de vigilância patrimonial pode ser realizada, de forma armada ou desarmada, a depender do interesse do contratante, em estabelecimentos públicos ou privados, observando-se, entretanto, os limites internos desses estabelecimentos. Naturalmente, a atuação dos vigilantes deve ficar restrita ao estabelecimento do contratante, local de sua posse ou propriedade, não podendo abarcar espaços públicos.

(grifos no original)



GRUPO SINGULAR

CNPJ/MF 40.956.540/000116-9

Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro

Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo Nº:	7389 / 14
Rubrica	Fls: 29

*12. Os limites territoriais/geográficos a serem verificados na prestação de vigilância privada armada ou desarmada do local, inclusive na realização de rondas, devem se cingir ao limite do estabelecimento do contratante, **não sendo permitido aos vigilantes a realização de rondas ou outros serviços de vigilância em áreas públicas de uso comum do povo** como se fossem força ostensiva e de preservação da ordem pública. (...)*

14. Note-se que a empresa especializada em segurança privada que for flagrada realizando atividades de vigilância patrimonial fora dos limites do estabelecimento da contratante, restará incurso nas penas do art. 171, inciso XXVI, da Portaria nº 3.233/12 – “executar atividade econômica diversa da segurança privada, conforme definição do art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983” - sem prejuízo de eventual anotação penal por usurpação de função pública e porte ilegal de armas.

Sendo ilegal a atuação dos profissionais de vigilância nos eventos previstos, conclui-se que a exigência de apresentação das carteiras de vigilante também se encontra eivada do vício da ilegalidade, uma vez que há liame lógico entre o requerimento e o serviço a ser prestado, representando tão somente critério tendente a frustrar o caráter competitivo da licitação.

Neste íterim, a exigência de que as empresas licitantes apresentem autorização de funcionamento expedida pela DPF, para empresas privadas que exercem atividade de segurança privada, constitui ilegalidade ainda mais evidente, uma vez que estas empresas sequer podem atuar nos espaços públicos já mencionados.

Ao insistir na atuação desses profissionais em vias públicas a Municipalidade está atraindo para si a eventual fiscalização da Polícia Federal que não somente autuará as empresas que executarem os serviços de forma ilegal, como também incorrerá no crime de usurpação da função pública, uma vez que os vigilantes ao efetuarem o serviço de segurança privada estão atuando dentro do limite de competência da Polícia Militar.



Administração Pública é salvaguardada pelo Princípio da Autotutela, segundo o qual exerce o controle dos seus próprios atos administrativos. Assim, pode revê-los e, a depender do seu enquadramento, anular os ilegais ou revogar os inconvenientes, ex officio, independente de provocação ao Poder Judiciário.

Cretella Júnior¹ (1972) discorre com muita propriedade sobre o assunto, ao explicar que:

“A autotutela pode culminar no desfazimento do ato administrativo, através da anulação ou revogação. Anular é suprimir ou desfazer o ato ilegal. A ilegalidade é o pressuposto necessário de anulação. A anulação é que pode ser provocada por iniciativa de terceiros ou de ofício, a providência para que se retire do mundo jurídico o ato administrativo eivado de ilegalidade. Revogar, por outro lado, é suprimir ou desfazer ato inoportuno, ineficaz ou inconveniente, na ótica da técnica do direito Administrativo.” (p. 55).

O uso dessa ferramenta é, inclusive, validado pelo Supremo Tribunal Federal, que editou as Súmulas 346 e 473, cujos conteúdos referendam o tema e seguem abaixo transcritos:

“Súmula 346:

A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”

¹ CRETELLA JÚNIOR, José. Da autotutela administrativa. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 108, p. 47-63, out. 1972. ISSN 2238-5177



GRUPO SINGULAR

CNPJ/MF 40.956.540/0001-68

Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro

Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo Nº:	2389	24
Rubrica	o	Fls: 31

Como bem salientado pelo Enunciado 473 do STF, acima transcrito, não pode a RECORRENTE afirmar que a Administração Pública Municipal deve desqualificar a proposta vencedora, ao argumento de que lhe falta a certificação emitida pela Polícia Federal, pois a referida exigência é ILEGAL e como tal não origina direitos.

Há em todo ordenamento uma hierarquia das normas legais, o princípio da legalidade administrativa constitucionalmente previsto tem muito mais relevância e de forma alguma deve ser infringido ao argumento de cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto pela legislação infraconstitucional.

O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, **sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor**. Sendo assim, ao manter uma exigência ilegal,

No caso em tela, houve um equívoco da própria Administração Pública, que necessitava de correção imediata, para a manutenção dos princípios que regem sua atuação, a exemplo da Supremacia do Interesse Público, da Impessoalidade, da Transparência, da Legalidade e da Moralidade.

É cediço o entendimento do STF de que a anulação dos próprios atos é um poder-dever que deve ser invocado sempre que mostrar-se necessário, sem que isso importe em desrespeito ao Princípio da Segurança Jurídica.

De tal forma que ao não exigir a certificação emitida pela Polícia Federal, a Administração Pública simplesmente ratifica ato que se mantido haveria de causar prejuízo a empresa RECORRIDA e ao erário público municipal.

III – DOS PEDIDOS

Desta forma, de acordo com os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lúdima justiça que:

1. A peça recursal da RECORRENTE seja conhecida pera, no mérito, ser INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;



GRUPO SINGULAR

CNPJ/MF 40.956.540/0001-68

Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro

Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo Nº:	1389/24
Rubrica	Fls: 32

2. Seja mantida a decisão do Douto Pregoeiro, quanto a habilitação da proposta vencedora, dando, assim, continuidade ao procedimento, seguindo à adjudicação do contrato à empresa RECORRIDA, respeitados assim os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade.
3. Não sendo este o entendimento da V.SA, requer que sejam remetidas cópias integrais dos autos, aos seguintes órgãos fiscalizatórios:
 - a. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
 - b. Ministério Público Federal;
 - c. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
 - d. Superintendência da Polícia Federal do Estado do RJ;

Nestes termos,

aguarda deferimento.

Nova Friburgo, 27 de março de 2024.

gov.br

Documento assinado digitalmente

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA

Data: 27/03/2024 18:15:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GRUPO SINGULAR

THAIS HONÓRIO TEIXEIRA

OAB-RJ 177.243



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2023

No dia 09 de fevereiro de 2023, no MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, registram-se o(s) preço(s) da empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA, com sede Rua Souza Cardoso, 04 - centro - Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.625-520, telefone nº (22) 2521-0853, e-mail: adm@gruposingular.net.br, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 40.956.540/0001-68, neste ato representada pelo seu representante legal CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA, portador do documento de identidade n.º 113955835, órgão expedidor IFP/RJ, CPF nº 052.161.307-80, para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, Contratação de empresas especializadas para os serviços de:

- Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos
- Apoio a Segurança Não Armada para eventos
- Locação de Banheiro Químico para eventos
- Lavatório Portátil

Os serviços acima são necessários atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura, decorrente da realização do Pregão Eletrônico nº 007/2023. As especificações técnicas constantes no Processo Administrativo nº 21.682/2022, assim como os termos da Proposta Comercial - Anexo III, e demais Anexos do edital de licitação, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

LOTE 02					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL
5	Apoio a segurança não armada (Apêndice B) - Profissional	Diária	2585	R\$ 112,30	R\$ 290.295,50
TOTAL REGISTRADO DO LOTE 02: R\$ 290.295,50 (duzentos e noventa mil e duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)					

1 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta



licitação.

2 DO PRAZO DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada.

3 REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

3.1.1 A forma de realização de cada lote está descrita nos seus respectivos Apêndices.

3.1.2 Lote 01 Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio, vide Apêndice A;

3.1.3 Lote 02 Apoio a segurança não armada, vide Apêndice B;

3.1.4 Lote 03 Banheiros químicos, vide Apêndice C;

3.1.5 Lote 04 Lavatório Portátil, vide Apêndice D.

3.2 LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1 Os locais de prestação de serviço de cada lote acontecerá dentro do território de Nova Friburgo e será informado no momento da solicitação do serviço.

4 CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

4.2 - O cancelamento do seu registro poderá ser:

4.2.1 - A pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

4.2.2 - Por iniciativa do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO:

4.2.2.1 - Quando o fornecedor registrado:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



- b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) descumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
- d) não retirar a nota de empenho, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, sem justificativa aceitável;

4.2.2.2 - Pela superveniência de razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

4.2.3- Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

5 CADASTRO DE RESERVA

5.1 - Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.

6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

- 6.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 6.1.2 Apresentar documentação falsa;
- 6.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.5 Não mantiver a proposta;
- 6.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 6.1.7 Comportar-se de modo inidôneo.

6.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;



6.3 Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

6.3.1 Advertência;

6.3.2 Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

6.3.3 Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso);

6.3.4 Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

6.3.5 Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

6.3.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

6.3.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

6.3.8 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

6.3.9 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo



processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

6.3.10 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

7.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

7.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

7.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

7.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

7.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 As obrigações das contratas para cada lote estão descritas nos seus respectivos Apêndices.

8.1.1 Lote 01 Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio, vide Apêndice A;

8.1.2 Lote 02 Apoio a segurança não armada, vide Apêndice B;

8.1.3 Lote 03 Banheiros químicos, vide Apêndice C;



8.1.4 Lote 04 Lavatório Portátil, vide Apêndice D.

9 INSTRUMENTO DE AJUSTE

9.1 - A licitante vencedora será convocada para retirada da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e/ou a celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO VI deste edital, conforme o caso.

9.2 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

9.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal.

9.4 - O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.5 - Como condição para retirada da Nota de Empenho e/ou celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

9.6 - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da Nota de Empenho de Despesa, quando esta substituir o instrumento contratual, nas hipóteses previstas na lei.

9.7 - Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura do instrumento contratual, ou a recusa injustificada em retirar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.

9.8 - Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda



ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, conforme previsto nos incisos XXXIII e XVI, do artigo 4º da Lei Federal 10.520/02.

10 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

Programa de Trabalho:	Elemento de Despesa:	Fonte de Recurso:
17.001.23.695.0034.2.094	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	01
17.001.23.695.0036.2.102	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	00
17.001.23.695.0036.2.102	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	01
17.001.23.695.0037.1.064	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	01
17.001.23.695.0037.1.099	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	00
17.001.23.695.0039.2.105	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	01
18.001.1339200412.112	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	01
18.001.1339200412.112	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	00

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

11 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 313, de 10 de



outubro de 2019, bem como o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1 - Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2 - Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3 - FGTS;

11.1.4 - PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.1.5 - Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6 - Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2 - A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o contratante efetuar o pagamento do valor devido;

11.3 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12 REVISÃO DE PREÇOS

12.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO deverá:

12.2.1 - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.2.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

12.2.3 – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.3 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços observará a classificação original.

12.4 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor, mediante requerimento, comprovar o fato e não puder cumprir o compromisso, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante



demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação nos preços praticados no mercado, frustrada a negociação o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO poderá:

12.5 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

12.6 - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

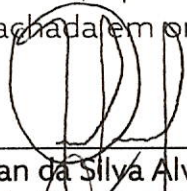
12.7 - Não havendo êxito nas negociações, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13 - CONDIÇÕES GERAIS

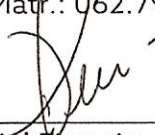
13.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.2 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

13.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.


Renan da Silva Alves

Secretário Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
Matr.: 062.790


Daniel Figueira Assis

Secretário Municipal de Cultura
Matr.: 063.081

Documento assinado digitalmente

gov.br

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA

Data: 09/02/2023 16:52:37-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Singular de Friburgo Serviços Especializados em Facilities e Segurança LTDA

CNPJ Nº 40.956.540/0001-68

Carlos Eduardo Sanches Pereira

CPF Nº 052.161.307-80



PORTAL DA

TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Liquidações e Favorecidos

A liquidação é o segundo estágio da despesa orçamentária. Ela é, normalmente, processada pelas Unidades Gestoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra). Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Fonte: Tesouro Nacional.

Entidade Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Data Inicial 01/01/2023

Data Final 31/12/2024

Aplicar

Arraste um cabeçalho de coluna aqui para agrupar por essa coluna

Detalhes	Data da Liquidação	Processo	Empenho	Liquidação	Histórico	Favorecido	CPF/CNPJ	Valor
	12/03/2024	0002168/2022	0000679/2024	0001191/2024	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio e Seguranca nao armada para evento " Carnaval 2024", conforme NAD 99/2024 as fls. 1317 do processo 21682/2022. Sob responsabilidade da Ordenadora de Despesa Nota Fiscal nº150 - R\$ 224,60 - Retencao de ISS: R\$	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001- 68	R\$ 224,60

Processo Nº: 7389/24

Rubrica 42

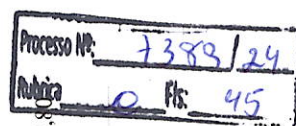
Fls: 42

<u>Detalhes</u>	<u>Data da Liquidação</u>	<u>Processo</u>	<u>Empenho</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Histórico</u>	<u>Favorecido</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>
					4,49- Valor Líquido: R\$ 220,11 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorização de Pagamento fls. 369			
	29/02/2024	0021682/2022	0000524/2024	0000946/2024	Contratação de empresa especializada para o serviço de Apoio a Segurança não Armada para o Carnaval 2024 de 0 a 13 de janeiro de 2024. Conforme Ata de Registro de Preço nº 68/2023. Conforme NAD 27/2024 as fls. 1302 do processo 21682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa NF nº 149 - R\$78.610,00 - Retenção de ISS: R\$ 1.572,20 - Valor Líquido R\$ 77.037,80 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorização de Pagamento fls 109	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 78.610,00
	23/02/2024	0021682/2022	0000268/2024	0000680/2024	Referente a contratação de empresa especializada para os serviços de Apoio a Segurança não armada para o evento "Aniversário de Riograndina-100 anos" que acontecerá no dia 27 de Janeiro de 2024. NAD 18/2024, fls. 1291, proc. 21682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa Nota Fiscal nº 144- R\$ 673,80 - Retenção de ISS R\$ 13,48 - Valor Líquido R\$ 660,32 Empresa optante pelo Simples Nacional Autorização de Pagamento fls. 325	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 673,80
	23/02/2024	0021682/2022	0002553/2023	0000679/2024	Contratação de empresa especializada para o serviço de locação de sonorização para evento "Reveillon em Lumiar" que será nos dias 30 a 31 de dezembro de 2023. Conforme NAD 344/2023 as fls. 1082, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa Nota Fiscal nº 127- R\$ 2.246,00 - Retenção de ISS R\$ 44,92 - Valor Líquido R\$ 2.201,08 Empresa optante pelo Simples Nacional Autorização de Pagamento fls. 318	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 2.246,00

Processo Nº: 7389/24
Rubrica @ Fls: 43

<u>Detalhes</u>	<u>Data da Liquidação</u>	<u>Processo</u>	<u>Empenho</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Histórico</u>	<u>Favorecido</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>
	23/02/2024	0021682/2022	0002552/2023	0000678/2024	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao armada para evento "Encanto de Natal" que sera nos dias 15 a 31 de dezembro de 2023. Conforme NAD 345/2023 as fls. 1079, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa Nota Fiscal nº 128- R\$ 5.615,00 - Retencao de ISS R\$ 112,30 - Valor Liquido R\$ 5.502,70 Empresa optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 311	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 5.615,00
	23/02/2024	0021682/2022	0002492/2023	0000677/2024	Referente a contratacao de empresa especializada para os servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento "O Encanto de Natal 2023" que acontecerá dos dias 28 de Novembro ao dia 24 de Dezembro de 2023 em Nova Friburgo. Conforme NAD 318/2023 as fls. 10681, processo 21682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa Nota Fiscal nº 126- R\$ 13.925,20 - Retencao de ISS R\$ 278,50 - Valor Liquido R\$ 13.646,70 Empresa optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 304	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 13.925,20
	26/01/2024	0021682/2022	0002464/2023	0000278/2024	Referente a contratacao de empresa especializada para os servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento "O Encanto de Natal 2023" que acontecerá dos dias 22 de Novembro ao dia 23 de Dezembro de 2023 em Nova Friburgo. Conforme NAD 256/2023 as fls. 1053, processo 21682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 125 - R\$ 66.144,70 - Retencao de ISS R\$ 1.322,89 - Valor Liquido R\$ 64.821,81 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 91	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 66.144,70

Detalhes	Data da Liquidação	Processo	Empenho	Liquidação	Histórico	Favorecido	CPF/CNPJ	Valor
	29/12/2023	0021682/2022	0002531/2023	0008899/2023	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE APOIO A SEGURANÇA NA ARMADA PARA O EVENTO "STRIP RUN" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2023, CONFORME PROCESSO Nº 21682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 123 - R\$ 673,80 - Retenção de ISS R\$ 13,48 - Valor Líquido R\$ 660,32 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorização de Pagamento fls. 279	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	RS 673,80
	01/11/2023	0021682/2022	0002282/2023	0007672/2023	Contratação de empresa especializada para o serviço de Apoio a Segurança na Armada para evento "Aniversário de Lumiar" que será realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2023. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 93 - R\$ 898,40 - Retenção de ISS R\$ 17,97 - Valor Líquido R\$ 880,43 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorização de Pagamento fls. 256	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	RS 898,40
	21/09/2023	0021682/2022	0002048/2023	0006360/2023	Contratação de empresa especializada para o serviço de Apoio a Segurança para o evento Desfile Militar, que será realizado no dia 07 de Setembro de 2023. NAD fls. 998. Proc. 21682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 82 - R\$ 2.695,20 - Retenção de ISS R\$ 53,90 - Valor Líquido R\$ 2.641,30 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorização de Pagamento fls. 230	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	RS 2.695,20
	24/08/2023	0021682/2022	0001820/2023	0005669/2023	Contratação de empresa especializada para o serviço de Apoio a Segurança na Armada para o evento "Copasaf" que será realizada no dia 06 de agosto de 2023. Conforme NAD 200/2023 as fls.	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM	40.956.540/0001-68	RS 673,80



<u>Detalhes</u>	<u>Data da Liquidação</u>	<u>Processo</u>	<u>Empenho</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Histórico</u>	<u>Favorecido</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>
					965, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 72- R\$ 673,80 - Retencao de ISS R\$ 13,48 - Valor Liquidado R\$ 660,32 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 214	FACILITIES E SEGURANCA LTDA		
10/08/2023		0021682/2022	0001819/2023	0005318/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao armada para o evento "Copasaf" que sera realizada no dia 30 de julho de 2023. Conforme NAD 199/2023 as fls. 962, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 67- R\$ 673,80 - Retencao de ISS R\$ 13,48 - Valor Liquidado R\$ 660,32 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 147	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	RS 673,80
10/08/2023		0021682/2022	0001818/2023	0005317/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao armada para o evento "Copasaf" que sera realizada no dia 23 de julho de 2023. Conforme NAD 198/2023 as fls. 959, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 63- R\$ 673,80 - Retencao de ISS R\$ 13,48 - Valor Liquidado R\$ 660,32 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 140	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	RS 673,80
10/08/2023		0021682/2022	0001817/2023	0005316/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao armada para o evento "Copasaf" que sera realizada no dia 16 de julho de 2023. Conforme NAD 197/2023 as fls. 956, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 61- R\$ 673,80 - Retencao de ISS R\$ 13,48 - Valor Liquidado R\$ 660,32 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 133	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	RS 673,80

Processo Nº: 1389 / 24
Rubrica: C Fls: 96

<u>Detalhes</u>	<u>Data da Liquidação</u>	<u>Processo</u>	<u>Empenho</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Histórico</u>	<u>Favorecido</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>
	10/08/2023	0021682/2022	0001663/2023	0005315/2023	Contratacao de empresa especializada para os servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento "20º Festival de Inverno de Nova Friburgo" que acontecerá nos dias 07, 08 e 09 de julho de 2023. Conforme NAD 172/2023 as fls. 897, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa . Nota Fiscal nº 57- R\$ 8.422,50 - Retencao de ISS R\$ 168,45 - Valor Liquido R\$ 8.254,05 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 126	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 8.422,50
	10/08/2023	0021682/2022	0001723/2023	0005314/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento "20º Festival de Inverno de Nova Friburgo", que será realizado do dia 30 de junho a 09 de julho de 2023, Teatro do Nova Friburgo Country Clube. Conforme NAD 188/2023 as fls. 919, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa . Nota Fiscal nº 55- R\$ 9.994,70 - Retencao de ISS R\$ 199,89 - Valor Liquido R\$ 9.794,81 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 119	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 9.994,70
	10/08/2023	0021682/2022	0001732/2023	0005313/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento "Copasaf" que será realizado nos dias 02 e 09 de julho de 2023. Conforme NAD 192/2023 as fls. 931, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa . Nota Fiscal nº 58- R\$ 898,40- Retencao de ISS R\$ 17,97 - Valor Liquido R\$ 880,43 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 112	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 898,40

Processo Nº: 7388/24
Rubrica: e Fls: 47

<u>Detalhes</u>	<u>Data da Liquidação</u>	<u>Processo</u>	<u>Empenho</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Histórico</u>	<u>Favorecido</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>
	10/08/2023	0021682/2022	0001724/2023	0005312/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento "Arraia de Sao Pedro da Serra" (Festa de Sao Pedro da Serra), que sera realizado do dia 30 de junho e 01 e 02 de julho de 2023. Conforme NAD 189/2023 as fls. 922, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 52- R\$ 2.358,30 - Retencao de ISS R\$ 47,17 - Valor Liquido R\$ 2.311,13 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 105	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 2.358,30
	10/08/2023	0021682/2022	0001617/2023	0005311/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao armada para o evento "Arraia da Serra- Conselheiro Paulino" que sera realizado no dia 24 de junho de 2023. Conforme NAD 152/2023 as fls. 882, processo 21.682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa. Nota Fiscal nº 51- RS 1,123,00 - Retencao de ISS R\$ 22,46 - Valor Liquido R\$ 1.100,54 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 98	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 1.123,00
	20/07/2023	0021682/2022	0001428/2023	0004619/2023	Referente a contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento Desfile Civico, que sera realizado no dia 16 de Maio de 2023. Proc. 21682/2022. Sob responsabilidade do Ordenador de Despesa e mediante Despacho fls. 85 Nota Fiscal nº 41- R\$ 2.695,20 - Retencao de ISS R\$ 53,90 - Valor Liquido R\$ 2.641,30 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 63	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 2.695,20
	26/06/2023	0021682/2022	0001519/2023	0003875/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS	40.956.540/0001-68	R\$ 6.850,30

Processo Nº: 7389/24
Rubrica: e Fls: 48

<u>Detalhes</u>	<u>Data da Liquidação</u>	<u>Processo</u>	<u>Empenho</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Histórico</u>	<u>Favorecido</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>
					evento "O Amor Sobe a Serra", que sera realizado nos dias 09 a 11 de junho de 2023, na Praca do Suspiro em Nova Friburgo/ RJ. Conforme Ata de Registro de Precos nº 068/2023. Conforme NAD 158/2023 as fls. 856, processo 21.682/2022. Em prosseguimento, sob responsabilidade do fiscal responsavel, conforme atestacoes nas planilhas e nota fiscal. Nota Fiscal nº 40 - Valor R\$ 6.850,30- Retencao ISS R\$ 137,01 - Optante Simples Nacional Valor Liquido R\$ 6.713,29 - Autorizacao de Pagamento fls. 54	ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA		
26/06/2023	0021682/2022	0001421/2023	0003874/2023		Referente a contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento o evento de Comemoracao dos 205 anos de Nova Friburgo, que sera realizado no dia 12 a 3160 de Maio de 2023, na Praca do Suspiro. Proc. 21682/2022. Em prosseguimento, sob responsabilidade do fiscal responsavel, conforme atestacoes nas planilhas e nota fiscal. Nota Fiscal nº 39 - Valor R\$ 18.417,20- Retencao ISS R\$ 368,34 - Optante Simples Nacional Valor Liquido R\$ 18.048,86 - Autorizacao de Pagamento fls. 54	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 18.417,20
26/06/2023	0021682/2022	0001327/2023	0003872/2023		Referente a contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento da Colonia japonesa, que sera realizado no dia 28 a 30 de Abril de 2023, na Praca do Suspiro. Proc. 21682/2022. Em prosseguimento, sob responsabilidade do fiscal responsavel, conforme atestacoes nas planilhas e nota fiscal. Nota Fiscal nº 35 - Valor R\$ 1.347,60- Retencao ISS R\$ 26,95 - Optante Simples Nacional Valor Liquido R\$ 1.320,65 - Autorizacao de Pagamento fls. 54	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 1.347,60

Processo Nº: 4389 / 24
 Rubrica 2 Fls: 49

<u>Detalhes</u>	<u>Data da Liquidação</u>	<u>Processo</u>	<u>Empenho</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Histórico</u>	<u>Favorecido</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Valor</u>
	05/04/2023	0021682/2022	0000813/2023	0002044/2023	Contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao armada para o Evento "Apresentacao da Orquestra Mariusccia Iacovino" que sera realizado no dia 12 de marco de 2023. Conforme NAD 81/2023, as fls. 764, processo 21.682/2022. NF nº 27 - R\$ 673,80 - Retencao de ISS: R\$ 13,48 - Valor Liquido :R\$ 660,32 Empresa Optante pelo Simples Nacional Autorizacao de Pagamento fls. 19	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 673,80
	13/03/2023	0021682/2022	0000719/2023	0001383/2023	Referente a contratacao de empresa especializada para o servico de Apoio a Seguranca nao Armada para o evento Carnaval 2023, que sera realizado no dia 17/02/2023 a 22/02/2023. Proc. 21682/2022. Em prosseguimento, sob responsabilidade do fiscal responsavel, conforme atestacoes nas planilhas e nota fiscal. Nota Fiscal nº 19 - Valor R\$ 46.043,00- Retencao ISS R\$ 2.302,15 - Optante Simples Nacional Valor Liquido R\$ 43.740,85 - Autorizacao de Pagamento fls. 26	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	40.956.540/0001-68	R\$ 46.043,00
Valor Global R\$ 273.225,90								

Processo Nº: 3382/24
 Rubrica: @ Fls: 50

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023.

Processo Licitatório nº: 22.400/2023

Processo Recurso nº: 7.389/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 276/2023

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA, inscrita no CNPJ: 39.595.917/0001-11, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 7.389/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 19/03/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 22.400/2023, a empresa BRASVIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 03 a 15.



Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.


II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que:

- 1) haveria indício de inexecuibilidade da proposta por não atendimento ao piso salarial estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho para a categoria de vigilante em eventos, conforme conta na CCT RJ000183/2024, abrangência Nova Friburgo/RJ, registrada em 24 de janeiro de 2024;
- 2) a empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA deveria ter sido inabilitada, pois não teria apresentado a Autorização da Polícia Federal para empresas de vigilância, em consonância com a exigência contida no item 19.3 do edital do PE 276/2023, c/c item 4.4 do Apêndice B do Termo de Referência do mesmo diploma editalício.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que sejam recebidas as razões recursais, e por estarem presentes todos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, reconheça o Ilustre Pregoeiro o presente recurso administrativo, dando-lhe provimento para providenciar DESCLASSIFICAÇÃO e a INABILITAÇÃO da empresa SINGULAR DE



Comissão de Pregão I

FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 40.956.540/0001-68.

Na remota hipótese de indeferimento, visto a substantiva quantidade de irregularidades constatadas e evidenciadas, requer que sejam encaminhadas cópias de inteiro teor do processo aos seguintes Órgãos: 1 - Tribunal de Contas do Estado - TCE/RJ; 2 - Superintendência da Polícia Federal do Estado do RJ - DPF (DELESP - Delegacia de Controle da Segurança Privada); 3 - Sindicato dos Vigilantes de Nova Friburgo/RJ, CNPJ 32.552.606/0001-26; 4 - Ministério Público Estadual; e 5 - Ministério Público do Trabalho.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA alega que:

- 1) a exigência de apresentação da certificação da Polícia Federal seria ilegal, tendo sido inserida no certame somente após tendenciosa impugnação realizada pela própria empresa recorrente objetivando tão somente frustrar o caráter competitivo da licitação e causar prejuízo ao erário público;
- 2) não se aplicaria a Convenção Coletiva de Trabalho nº 000183/2024, pois os coordenadores das equipes de apoio à segurança não armada, que desenvolveriam as atividades durante os eventos, não estariam atuando IN LOCO, uma vez que ao vigilante patrimonial é vedado exercício laboral em vias públicas, razão pela qual não haveria que se levar em conta a remuneração estabelecida para o vigilante de eventos.
- 3) a empresa recorrida fora vencedora do Pregão Eletrônico de nº 007/2023, no qual o objeto licitatório foi idêntico ao atualmente apresentado. Naquela

DM

Comissão de Pregão I

ocasião o valor da diária ficou estipulado em R\$ 112,30 (cento e doze reais e trinta centavos) e a empresa teria desempenhado suas atividades durante todo o ano de 2023 até o mês de fevereiro de 2024, sem apresentar nenhuma intercorrência que poderia vir a desabonar sua conduta, comprovando a exequibilidade da proposta apresentada no presente certame (R\$120,30);

- 4) o escopo de frustrar o caráter competitivo do certame teria ficado evidente durante a sessão de julgamento, pois enquanto as empresas SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA e FACILITIES RIO GESTAO E SERVIÇOS LTDA baixavam consecutivamente o valor de suas propostas, objetivando apresentar o melhor preço possível para a municipalidade, a empresa recorrente, sabedora de antemão que sairia vencedora da licitação, pois havia conseguido incluir no edital exigência ilegal que eliminaria 80% das empresas licitantes, teria apresentado apenas duas propostas contíguas com a diferença irrisória de R\$ 1,00 (um real), proposta essa 240% mais cara do que as apresentadas pelas concorrentes.

V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação de que a proposta apresentada pela empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA e FACILITIES RIO GESTAO E SERVIÇOS LTDA seria inexecutável, além de observar que tal possibilidade só seria considerada após diligência do pregoeiro que comprovasse que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexisteriam custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta,

Ran

Comissão de Pregão I

conforme o subitem 14.4.1 do Edital, vejamos a jurisprudência do TCU acerca da matéria:

"A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexecuibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta." (Acórdão 3092/2014 – Plenário)

"A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada." (Acórdão 1079/2017 – Plenário)

"É relativa a presunção de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração ofertar ao licitante a possibilidade de comprovar sua capacidade de bem executar o contrato com os preços propostos." (Acórdão 964/2010-Primeira Câmara) *Ren*

"Em qualquer situação de suposta inexecuibilidade é inadmissível a desclassificação direta de licitantes sem que lhes seja facultada oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados." (Acórdão 79/2010 – Plenário)


"O exercício do juízo de inexecuibilidade demanda máxima cautela e comedimento, mostrando-se irregular a desclassificação de empresas sem que tenha restado demonstrado, de forma evidente, a impossibilidade de prestação do serviço pelo valor ofertado." (Acórdão 284/2008 – Plenário)

Comissão de Pregão I

Sobre a matéria, vide as considerações de JUSTEN FILHO:

"A desclassificação da proposta por irrisoriedade de preço depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução (...). Também deverá ser examinado se o coeficiente de produtividade previsto na proposta (ainda que implicitamente) é adequado aos termos previstos para a execução do contrato."

Não por outra razão que, tanto sob o viés doutrinário quanto jurisprudencial, tem se afirmado que a inexecuibilidade se reveste de presunção relativa. Isto quer significar, em termos práticos, que poderá a proponente afastá-la (inexecuibilidade), mediante comprovação de sua efetiva capacidade de executar o objeto licitado pelo preço oferecido. E nem poderia ser diferente, eis que seria inconcebível que a mera aplicação de uma fórmula matemática ou critérios máximos de aceitabilidade prevalecessem sobre a realidade.

Conforme os julgados supramencionados, não cabe a desclassificação de proposta por inexecuibilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados. Considerando que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a  conteúdo, torna-se desarrazoada a alegação da recorrente.

Já quanto à apresentação de comprovação de qualificação técnica pela recorrida, observamos que, não obstante o cumprimento do subitem 4.2 do Anexo I do Edital, Apêndice B, tendo sido apresentada a relação mínima de 10 (dez) profissionais com CNV (carteira nacional de vigilante), não foi cumprido o subitem 4.4 do referido documento, pois não fora apresentada a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal conforme Portaria 18.045/2023.

Comissão de Pregão I

Nesse diapasão, corroboramos o entendimento da recorrente de que a empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA não cumpriu todos os requisitos editalícios.

No entanto, há de se considerar:

- 1) a vultosa diferença entre os valores ofertados pelas empresas SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA, a qual apresentou o valor unitário de R\$120,30 e valor total de R\$ 363.065,40 e BRASVIP SEGURANCA PRIVADA LTDA, a qual apresentou o valor unitário de R\$289,00 e valor total de R\$872.202,00;
- 2) chamou a atenção durante a fase de lances a disputa ter se concentrado apenas nas empresas SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA e FACILITIES RIO GESTAO E SERVICOS LTDA, as quais participaram ativamente da disputa, enquanto a recorrente apresentou apenas uma proposta reduzindo seu lance em R\$ 1,00;
- 3) o fato de que a empresa recorrida desempenhou suas atividades referentes ao Pregão Eletrônico de nº 007/2023 desta municipalidade, cujo objeto licitatório foi idêntico ao atualmente apresentado, por valor inferior ao da atual proposta, durante todo o ano de 2023 até o mês de fevereiro de 2024, sem apresentar nenhuma intercorrência que poderia vir a desabonar sua conduta;
- 4) os novos apontamentos da empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA quanto à suposta ilegalidade na exigência de apresentação de autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal conforme a Portaria 18.045/2023 (Ministério da Justiça e Segurança Pública / Polícia Federal).

Comissão de Pregão I

Informo que, conforme indícios, a inclusão do item 4.4 no Apêndice B do Termo de referência altera a disputa, pois a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal acaba por restringir a competitividade, forçando o município a uma contratação com preço acima do ofertado com uma diferença vultosa em valores finais.

Desta forma, esta comissão julga por bem diligenciar a legalidade da exigência da autorização de funcionamento à Polícia Federal para o objeto desta licitação, considerando a necessidade de atendimento ao art. 19 da Portaria 18.045/2023, PG/DPF, verificando se este se faz realmente necessário ou se trata de exigência ilegal, como apontado nas contrarrazões trazidas à baila pela recorrida.

Nesse sentido, a Administração tem a prerrogativa de anular ou revogar a licitação nos casos de ilegalidade ou inconveniência, respectivamente. Trata-se de entendimento consolidado na Súmula 473 do STF, segundo a qual "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". *Ren*

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº 14.133, de 1º de abril de 2021), preconiza em seu art. 71, "II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; III proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável."

Comissão de Pregão I

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 276/2023. Contudo, para embasamento da decisão final, solicito que o setor técnico analise as ponderações e explanações da empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA em suas contrarrazões recursais e encaminhe à Procuradoria Geral do Município, a qual opinou pela legalidade do item 4.4 do Apêndice B do Termo de Referência em seus pareceres jurídicos acostados aos processos de impugnação nº 1.484/2024 e nº 4.686/2024.

Nova Friburgo, 02 de abril de 2024.



Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



A: Procuradoria Geral do Município

Prezados,

Encaminho o presente para análise jurídica do recurso apresentado pela empresa Brasvip Segurança Privada LTDA.

Atenciosamente,

Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo
Mat.: 062.790



PROCESSO N° 7.389

DIA 10/04/2024

Folhas N° 61 Rubrica 8

Processo: 7.389/2024

Recorrente: Brasvip Segurança Privada Ltda.

Recorrida: Singular de Friburgo Serviços Especializados em Facilities e Segurança Ltda.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação, via registro de preços, de empresa especializada para os serviços de Bombeiro Civil - brigada de incêndio para eventos, apoio à segurança não armada para eventos, locação de banheiro químico e laboratório portátil para eventos.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 04 de abril de ano em curso.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/15 que a recorrida foi declarada vencedora sem atender os requisitos de classificação e habilitação previstos no edital, aduzindo que a proposta da recorrente é inexequível, configurando uma redução de 68,34% do valor estimado da licitação, bem como não atende ao piso salarial estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho para a categoria de vigilante em eventos, conforme consta na CCT RJ000183/2024, cuja cláusula 44ª, §6º, prevê o pagamento para diárias de evento de até 10 horas o valor de R\$ 151,28, além do ticket refeição/alimentação de R\$ 28,65, totalizando o valor de R\$ 180,14, muito superior ao valor de R\$ 120,30 ofertado pela recorrente, devendo, portanto, ser desclassificada.

Aduz, ainda, que a recorrente descumpriu a exigência contida no item 4.4 do Apêndice B do Termo de Referência, que versa sobre a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal para as empresas que exercem a atividade de vigilância, conforme Portaria DPF 18.045/23.



Requer, por fim, o provimento do recurso para desclassificação e inabilitação da empresa recorrida.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 22/32, aduzindo que o edital original não apresentava o item 4.4, que requer a apresentação da certificação da Polícia Federal, a qual foi incluída após impugnação da recorrente objetivando frustrar o caráter competitivo do certame.

Afirma que apresentou impugnação ao Edital, no entanto, teve seu pedido indeferido com fundamento em equivocada interpretação do art. 19 da Portaria 18.045/2023, PG/DPF.

Afirma, ainda, que enviou em 20/03/2024 pedido oficial de parecer jurídico à Comissão de Vistoria da Polícia Federal, órgão responsável pela fiscalização das empresas de segurança privada junto ao Departamento da Polícia Federal, com intuito de extirpar de vez todas as dúvidas quanto ao tema, já que os Pareceres de nº 14508025/2020 e 1757/16 categoricamente proibiram a atuação dos vigilantes nas vias públicas e demais bens de uso comum do povo.

Quanto à alegação de inexecutabilidade da proposta, afirma que apresenta provas robustas e concretas da executabilidade da sua proposta, tratando-se o item 14.4 de mera hipótese/indício a ser considerado pela administração em sua decisão discricionária e não regra objetiva a ser cumprida.

Alega, ainda, que a Convenção Coletiva de Trabalho RJ 000183/2024 não se aplica, uma vez que os serviços contratados não se incluem nesta categoria profissional, já que o edital requer uma lista de 10 (dez) vigilantes que atuem como coordenadores das equipes de apoio à segurança não armada que desenvolverão atividades durante os eventos, mas estes profissionais não atuarão *in loco*, pois ao vigilante patrimonial é vedado o exercício laboral em vias públicas, razão pela qual não há que se levar em conta a remuneração estabelecida para o vigilante de eventos.



Por fim, afirma que a exigência de apresentação de autorização da polícia federal para empresas de segurança privada é ilegal, uma vez que estas empresas sequer podem atuar em espaços públicos, requerendo o desprovinimento de recurso e a manutenção da decisão de sua habilitação.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 51/59, afirma que, tanto sob o viés doutrinário quanto jurisprudencial, *“não cabe a desclassificação da proposta por inexequibilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados. Considerando que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, torna-se desarrazoada a alegação da recorrente”*.

Quanto à apresentação da qualificação técnica, afirma que, não obstante o cumprimento do subitem 4.2 do Anexo I do Edital, Apêndice B, tendo sido apresentada a relação mínima de 10 (dez) profissionais com CNV (Carteira Nacional de Vigilante), não foi cumprido o subitem 4.4 do referido documento, pois não fora apresentada a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal, conforme Portaria DPF n. 18.045/2023.

No entanto, diligencia no sentido da legalidade da exigência de autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal, considerando a necessidade de atendimento ao art. 19 da Portaria DPF n. 18.045/2023, verificando se esta autorização se faz realmente necessária ou se trata de exigência ilegal, como apontado pela recorrida.

A Secretaria Municipal de Turismo, às fls. 60, encaminhou os autos a esta Procuradoria para análise jurídica.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.



Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.



Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou acerca do recurso (fls. 51/59), solicitando análise do setor técnico sobre as explanações da recorrente em suas contrarrazões, bem como manifestação desta Procuradoria-Geral acerca da legalidade do item 4.4 do Apêndice B do Termo de Referência.

Para melhor compreensão, passa-se ao relato dos eventos em ordem cronológica e à análise jurídica sobre os pontos levantados.

II.1. Impugnação - Brasvip Segurança Privada Ltda. - Processo n. 1484/2024

A recorrente apresentou impugnação ao edital de licitação por meio do Processo n. 1484/2024, em janeiro de 2024, alegando que o edital deixou de exigir, como requisito de habilitação, a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal para as empresas que exercem a atividade de vigilância, conforme preceitua o artigo 14 da Lei n. 7.102/83 e a Portaria DPF 18.045/23.



A Secretaria Municipal de Turismo, naquela oportunidade, afirmou que, após uma análise criteriosa, constatou que o questionamento levantado pela impugnante era relevante, respaldado por fundamentos legais consistentes, especificamente pela Portaria DPF 18.045/2023, art. 1º, motivo pelo qual opinou pelo acatamento da sugestão de retificação do edital a fim de assegurar a conformidade com as normativas vigentes e prover a lisura do certame.

A subprocuradoria de processos administrativos, em manifestação jurídica acerca do recurso, opinou pelo acolhimento da impugnação, com fundamento na Portaria DPF 18.045/2023 e na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), tendo em vista que a autorização da Polícia Federal é condição essencial para o funcionamento das empresas de segurança privada.

Vale colacionar na íntegra o teor do Acórdão do TRF4:

DIREITO ADMINISTRATIVO. EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA. VIGILÂNCIA DESARMADA. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL PARA FUNCIONAMENTO. LEI 7.102/1983.

1. A redação atual da Lei 7.102/83, que disciplina a atividade das empresas de segurança privada, é assistemática, apresentando conceitos sobrepostos e exigindo do intérprete grande esforço para apreender seu sentido e perceber alguma classificação que a lei tenha estabelecido para as diversas modalidades de serviços de segurança privada que sabemos podem ser oferecidas. De qualquer sorte, o texto legal não emprega o uso ou não de arma de fogo como critério para submeter a atividade à fiscalização especial da Polícia Federal. O art. 20 da Lei, por sua vez, estabelece a necessidade de autorização do Ministério da Justiça para funcionamento de 'empresas especializadas em serviços de vigilância', sem definir, contudo, o que sejam essas empresas. Assim, se a jurisprudência dominante se tem valido do uso ou não de arma de fogo na prestação do serviço de segurança para definir a necessidade ou não de autorização da Polícia Federal para funcionamento da empresa, esse critério certamente não emergiu diretamente do texto da lei.

2. O caráter assistemático do texto atual da Lei 7.102/83 é fruto de um processo de alargamento das atividades por ela disciplinadas ocorrido no início da década de 1990, em decorrência dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara de Deputados para investigar o extermínio de crianças e adolescentes, que funcionou entre 1991 e 1992, e que apurou a participação, nesse fenômeno, de empresas de segurança privada. Essas empresas, antes limitadas à vigilância bancária e à segurança no transporte de valores, atividades especificamente reguladas pela redação original da Lei 7.102/83, haviam expandido sua atuação para outras áreas, como segurança de estabelecimentos comerciais e de condomínios residenciais e segurança pessoal, em decorrência da insuficiência dos serviços de segurança pública.



3. A resposta do Poder Público à expansão desordenada das empresas de segurança privada foi disciplinar com rigor essas atividades, inserindo-as no regramento da Lei 7.102/83. Para tanto, a redação da lei foi alterada pela Lei 8.863/94, gestada nos debates parlamentares que se seguiram à CPI do extermínio de crianças e adolescentes.

4. Essa ampliação do espectro de atividades alcançadas pela Lei 7.102/83 foi obtida com a alteração substancial do seu art. 10, introduzindo na lei o conceito de 'serviço de segurança privada', conceito amplo que engloba, além da vigilância bancária e do transporte de valores, a segurança pessoal, residencial e de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço, entidades sem fins lucrativos e órgãos e empresas públicas.

5. A introdução das outras atividades de segurança que não a vigilância bancária e o transporte de valores na disciplina da Lei 7.102/83, inclusive quanto à sujeição à fiscalização da Polícia Federal, fica evidenciada quando a Lei 8.863/94 redefiniu a figura do 'vigilante' que, com a nova redação conferida ao art. 15 daquela lei, passou a ser também quem exerce a atividade de segurança pessoal, residencial e de estabelecimentos comerciais, e não só quem cuida da segurança de instituições financeiras e de transporte de valores. O vigilante, segundo o art. 17 da lei, ressalte-se, deve ter prévio registro no Departamento de Polícia Federal.

6. É difícil sustentar-se que a empresa que presta serviço de segurança privada (mesmo que desarmada) para estabelecimentos comerciais e residências, mediante empregados qualificados na lei como 'vigilantes', não seja considerada 'empresa especializada em serviço de vigilância', e por isso não se enquadre na regra do art. 20 da Lei 7.102/83, que prevê necessidade de autorização da Polícia Federal para o funcionamento desse tipo de empresa.

7. Por outro lado, a regra do § 4º do art. 10 da Lei 7.102/83 não resolve em nada a controvérsia acerca da necessidade ou não de registro das empresas de segurança na Polícia Federal, pois o comando não é dirigido a esse tipo de empresa, e sim àquela que, dedicando-se a atividade que não seja segurança (v.g., um supermercado), mantém empregados para essa função.

8. O entendimento de que estariam à margem das disposições da Lei 7.102/83 as empresas que prestam serviço de segurança residencial e a estabelecimentos comerciais sem a utilização de armamento, além de ir contra os termos da própria lei (que não emprega o uso ou não de arma de fogo no serviço de segurança como critério para submeter a atividade à fiscalização especial da Polícia Federal), esvazia seu sentido atual. Uma interpretação mais complacente da lei se justificaria se vivenciássemos um quadro social completamente diverso daquele em que ela foi editada, a exigir do intérprete uma nova leitura da norma, conforme a realidade atual. Mas o que se pode ver é a permanência, senão o agravamento, de um quadro social que exige severa fiscalização estatal sobre empresas e pessoas que exercem profissionalmente atividade de segurança privada, tal qual aquele verificado no início da década de 1990, quando se instalou a CPI do extermínio de crianças e adolescentes e se decidiu pelo alargamento da abrangência lei. Estamos diante de um quadro em que a violência contra a pessoa permeia o cotidiano da sociedade, resultado da expansão da criminalidade organizada e violenta, marcado pelas disputas entre facções criminosas, inclusive com execuções em áreas públicas, e pelos cada vez mais frequentes episódios de 'justiçamento'. A demanda por segurança cresce e, com ela, se multiplicam os empreendimentos que oferecem segurança privada, diante da notória insuficiência dos recursos estatais.



9. Não parece prudente, data maxima venia, interpretar a lei de forma que nos conduza ao afrouxamento dos mecanismos de fiscalização sobre as empresas de segurança, trabalhem seus agentes portando arma de fogo ou não. Esse afrouxamento pode estimular a confusão e o entrelaçamento entre as órbitas da segurança pública e da segurança privada, seja pelo direcionamento e concentração dos serviços públicos de segurança para determinados grupos privados, seja pela formação de grupos privados paramilitares que se alçam à condição de garantes da segurança das populações desprotegidas. Já temos nesse mercado distorções importantes, como a participação de agentes das polícias locais nas atividades de empresas de segurança privada, fazendo os chamados 'bicos'. Na outra ponta, a pior delas, a formação das milícias. Nesse quadro, é importante (aliás, como previsto na lei) a presença da fiscalização federal, normalmente mais distante e menos permeável às pressões e influências dos grupos de interesses locais, que poderiam levar àquele indesejado entrelaçamento entre a esfera pública e a privada.

10. Em conclusão, devem prevalecer as disposições legais contidas no art. 20, c/c art. 10, §§ 2º e 3º, da Lei 7.102/83, que prevêm a necessidade de autorização da Polícia Federal para o funcionamento das empresas de segurança privada que se dediquem a prestar segurança pessoal, a eventos e a estabelecimentos comerciais ou residências, independentemente do serviço ser prestado por agentes armados ou não.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 4a. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria, vencido o relator, dar provimento à apelação da União e à remessa oficial, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2015.

Após decisão da Comissão de Pregão I, a exigência foi inserida como critério de habilitação (qualificação técnica).

II.2. Impugnação - Singular de Friburgo Serviços Especializados em Facilities e Segurança Ltda. - Processo n. 4.686/2024

A recorrida, em março do ano corrente, apresentou impugnação ao edital por meio do Processo Administrativo n. 4.686/2024, em decorrência da modificação do Edital do Pregão 276/2023, sob a alegação de que as exigências inseridas não coadunam com a legislação pátria vigente, sendo proibida a atuação de empresa de segurança privada em espaços de uso comum do povo, requerendo a exclusão das mesmas.



A Secretaria Municipal de Turismo não acolheu a impugnação, afirmando que a impugnação não devia prosperar, tendo em vista que, de acordo com o art. 19 da Portaria DPF n. 18.045/2023 (que substituiu a Portaria DPF n. 3.233/12), é possível a contratação de vigilância patrimonial em locais públicos, contrariando a alegação da empresa impugnante, bem como que a “segurança não armada” é realizada por vigilante patrimonial.

Portanto, a impugnação não foi acolhida, mantidas as exigências no edital.

Não obstante, a recorrida participou do presente certame, tendo sido habilitada e classificada sem, contudo, apresentar a autorização da Polícia Federal, na forma da Portaria DPF 18.045/2023.

II.3. Da incidência da Portaria DPF 18.045/2023

A Portaria DPF n. 18.045, de 17 de abril de 2023, que disciplina as atividades de segurança privada, armada e desarmada, prevê a necessidade de autorização para as atividades de segurança privada, vejamos:

Art. 1º Disciplinar as atividades de segurança privada, armada e desarmada, desenvolvidas por empresas especializadas, por empresas que possuem serviço orgânico de segurança e por vigilantes que atuam nas empresas especializadas e nas empresas que possuem serviço orgânico de segurança, bem como regular a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 1º As atividades de segurança privada são:

I - autorizadas, controladas e fiscalizadas pela Polícia Federal; e

II - complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.

§ 2º A política de segurança privada envolve a administração pública e as classes patronal e laboral, observados os seguintes objetivos:

I - dignidade da pessoa humana;

II - segurança dos cidadãos;

III - prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos;

IV - aprimoramento técnico dos vigilantes; e

V - estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor de segurança privada.



Com efeito, na forma do art. 1º, para a realização de atividades de segurança privada, isto é, aquelas desenvolvidas por empresas especializadas, por empresas que possuem serviço orgânico de segurança e por vigilantes que atuam nas referidas empresas, faz-se necessária a autorização da Polícia Federal.

O art. 4º da Portaria não deixa dúvidas na interpretação:

"Art. 4º O exercício da atividade de vigilância patrimonial dependerá de autorização prévia da Polícia Federal, por meio de ato do coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos, publicado no Diário Oficial da União, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) Unidade Fiscal de Referência - UFIR;

II - provar que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de quinze vigilantes, devidamente habilitados;

IV - comprovar a posse ou a propriedade de, no mínimo, um veículo comum, com sistema de comunicação ininterrupta com a sede da empresa em cada unidade da Federação em que estiver autorizada;

V - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

(...)

§ 2º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

(...)

Art. 2º Para os efeitos deste normativo, são utilizadas as seguintes terminologias:

I - empresa especializada: pessoa jurídica de direito privado autorizada a exercer as atividades de vigilância patrimonial, de transporte de valores, de escolta armada, de segurança pessoal e de cursos de formação;

II - empresa possuidora de serviço orgânico de segurança: pessoa jurídica de direito privado autorizada a constituir um setor próprio de vigilância patrimonial ou de transporte de valores, nos termos do § 4º do art. 10 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

III - vigilante: profissional capacitado em curso de formação, empregado de empresa especializada ou de empresa possuidora de serviço orgânico de segurança, registrado na Polícia Federal, e responsável pela execução de atividades de segurança privada;

IV - profissional de segurança privada: todo e qualquer profissional que exerça função no contexto da segurança privada, que não seja o vigilante;

V - Plano de Segurança: documentação das informações que detalham os elementos e as condições de segurança dos estabelecimentos referidos no Capítulo V;

VI - movimentação de numerário: conduta específica e direta de qualquer funcionário de instituição financeira ou de empresa de transporte de valores que envolva o manuseio ou a posse temporária de papel moeda decorrente da prestação de serviços dos estabelecimentos financeiros;



VII - guarda de valores: manutenção de numerário ou objeto de valor de terceiro em cofre e/ou em dependência específica da área interna de estabelecimento financeiro, em razão das atividades bancárias previstas em lei; e
VIII - vistoria remota: inspeção realizada de forma remota mediante o emprego de equipamento eletrônico apto a permitir a conferência de instalações físicas, pessoas e equipamentos, inclusive por meio da realização de testes e entrevistas”.

Portanto, não há discussão acerca da necessidade da exigência de autorização da Polícia Federal para a prática de atividade de segurança privada, dentre elas a atividade de vigilância patrimonial, conforme já abordado nos pareceres anteriores de impugnação ao edital.

Verifica-se, inclusive, que o objeto social da empresa deve estar relacionado apenas às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

Conclui-se, portanto, que a segurança privada trata-se de uma atividade regulada, autorizada e fiscalizada, em todo território nacional, pela Polícia Federal, desenvolvida por empresas especializadas em segurança e por empresas que possuem serviço próprio de segurança (orgânicas), com emprego de profissionais devidamente capacitados, denominados vigilantes.

Neste ponto, s.m.j., constata-se que a empresa recorrida não se enquadra como empresa especializada autorizada a exercer atividades de vigilância patrimonial, dentre outras.

O próprio sítio eletrônico do Governo Federal¹ contém informações sobre como obter Autorização de Funcionamento para o Exercício da Atividade de Segurança Privada, destacando o seguinte:

“O que é?”

As autorizações para o exercício de atividades relativas à segurança privada são expedidas pela Polícia Federal e devem ser requeridas pelas empresas especializadas na prestação de serviços de segurança privada e outras empresas que desejarem constituir serviço orgânico de segurança privada (segurança da própria empresa).

¹<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-autorizacao-de-funcionamento-para-o-exercicio-da-atividade-de-seguranca-privada>



As empresas autorizadas podem desenvolver suas atividades, seja na prestação de serviços especializados a terceiros (vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e curso de formação), seja na constituição de segurança orgânica da própria empresa (vigilância patrimonial e transporte de valores).

Quem pode utilizar este serviço?

Empresas especializadas de Segurança Privada ou empresas com Serviço Orgânico de Segurança Privada (corpo próprio de vigilantes).

Requisitos necessários

Aqueles previstos na Portaria n° 18.045/23-DG/PF, bem como no sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada – GESP –, disponíveis no portal da Polícia Federal.”.

Se a recorrida, portanto, não possui a autorização da Polícia Federal, não pode exercer as atividades de segurança privada, independentemente do local de sua realização.

Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que no objeto social da empresa recorrida consta “atividades de vigilância e segurança privada” (fls. 644). Salvo melhor juízo, a empresa deveria ter autorização do Departamento da Polícia Federal para exercer tais atividades.

Logo, ainda que o objeto licitado fosse a contratação de empresa de segurança privada na realização de eventos em espaços fechados ou delimitados, onde haveria a necessidade de autorização, como afirma a recorrida, a mesma não poderia participar do certame se não tivesse a autorização da Polícia Federal para o exercício das atividades de segurança privada.

Quanto à conceituação das atividades de segurança privada, assim dispõe o § 3º do art. 1º da referida Portaria:

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

Neste ponto, cabe registrar que a Portaria DPF n. 18.045/2023 substituiu a Portaria DPF 3.233/2012. Com isso, algumas alterações foram realizadas no texto legal, conforme se verifica do teor do § 3º, inciso I da referida Portaria:



§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - **vigilância patrimonial**: atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

Como se pode ver, a terminologia foi alterada para substituir o conectivo “e” pelo “ou”, o que muda significativamente a interpretação do dispositivo, denotando o aumento da abrangência dos locais de exercício das atividades de vigilância patrimonial.

Nota-se que também houve alteração no teor do art. 19, vejamos:

Portaria DPF 3.233/2012

Art. 19. A atividade de vigilância patrimonial em grandes eventos, assim considerados aqueles realizados em estádios, ginásios ou outros eventos com público superior a três mil pessoas deverão ser prestadas por vigilantes especialmente habilitados.

Portaria DPF n. 18.045/2023

Art. 19. A atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais, assim considerados aqueles que reúnam pessoas com o mesmo objetivo e possuam duração delimitada no tempo, realizados em estádios, ginásios, exposições, espaços culturais, arenas ou outros locais, públicos ou privados, deverá ser prestada por vigilantes especialmente habilitados.

A redação do dispositivo foi ampliada, acrescentando-se eventos realizados em outros locais, público ou privados, o que leva ao entendimento de possibilitar a abrangência da atuação em eventos abertos ao público.

Reitera-se que, conforme abordado no parecer exarado nos autos da impugnação objeto do Processo Administrativo n. 4.686/2024, o parecer da Polícia Federal citado pela recorrida (Parecer nº 14508025/2020) versava sobre a análise quanto à flexibilização da aplicação de serviços de vigilância nas áreas externas dos bancos, com fundamento na Portaria n. 3.233/2012, que foi revogada pela Portaria n. 18.045/2023 (art. 205), na forma do acima narrado e, portanto, emitida posteriormente ao referido parecer.

No referido parecer, de fato, consta a informação de que “(...) para melhor contextualizar o desempenho das atividades de segurança privada, há que se destacar que referida é vedada em espaços de uso comum do povo, tais como ruas, avenidas, praças, calçadas, estacionamentos públicos ou qualquer outro espaço similar, protegidos, em princípio, pelas forças públicas de segurança pública”.



No entanto, como a Portaria utilizada como base para o parecer foi revogada pela Portaria 18.045/2023, a qual alterou alguns dispositivos, conforme acima explanado, s.m.j., a abrangência foi ampliada.

Caso a interpretação da nova Portaria também seja no sentido da vedação do desempenho das atividades de segurança privada em espaços de uso comum do povo, o Município, então, não poderá licitar o serviço de apoio a segurança não armada a ser prestado por vigilantes profissionais, já que a maioria dos eventos é realizada em locais abertos de uso comum, devendo contar, então, com apoio das forças públicas de segurança pública.

Entretanto, em pesquisa realizada sobre o objeto licitado, encontra-se um enorme acervo de licitações realizadas por diversos Municípios e entes públicos com o mesmo objeto, qual seja, contratação de empresa especializada em segurança privada, não armada, para eventos a serem realizados de forma aberta ao público, contendo a exigência de autorização pelo DPF².

O que se denota é que as normas de regência visam impedir que os Entes Federados substituam a segurança pública pela contratação de empresas particulares por intermédio de procedimento licitatório e não a proibição total e irrestrita de particulares para a prestação de serviço único e específico em apoio ao Poder Público.

² https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/PP_44-2022.pdf;
https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_19_0_1_06012023164237.pdf;
https://cacador.sc.gov.br/uploads/sites/319/2023/06/2448045_PROC_N_28_2022_PR_09_2022_CONTRATACAO_DE_EMPRESA_ESPECIALIZADA_EM_SEGURANCA_PRIVADA.pdf;
<https://www.doisvizinhos.pr.gov.br/upload/licitacoes/8562.pdf>;
https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/transparencia/20140319090243_arq_014_3_SEGURANCA_FESTA_KENNEDY.pdf;
<https://www.orlandia.sp.gov.br/novo/wp-content/uploads/2019/01/EDITAL-PREG%C3%A7%C3%A3o-105-2018-Registro-de-Pre%C3%A7os-para-contrata%C3%A7%C3%A3o-de-empresa-para-servi%C3%A7os-de-seguran%C3%A7a-em-eventos.pdf>;
https://descanso.sc.gov.br/uploads/sites/330/2023/06/2529190_PL_N_222023_PP_n_102023_SERVICOS_DE_SEGURANCA.pdf.



Porém, nada impede que seja oficiado o Departamento da Polícia Federal a fim de solicitar orientação acerca da possibilidade de contratação de serviços de segurança não armada para apoio aos eventos realizados pelo Município em locais abertos, como ruas e praças.

Pelo exposto, no que tange ao exercício das atividades de segurança privada por empresas especializadas, reitera-se o entendimento de que a autorização da Polícia Federal se faz necessária.

No entanto, um ponto que merece atenção é se o objeto licitado se enquadra como atividade de segurança privada (vigilância patrimonial), cujo tema será abordado no tópico a seguir.

II.4. Da atividade de vigilância patrimonial

A atividade de vigilância patrimonial, considerada como atividade de segurança privada, é conceituada no art. 1º, § 3º, inciso I da Portaria DPF 18.045/2023 como a *“atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio”*.

O objeto da atividade, portanto, é garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

A Secretaria Municipal de Turismo, na descrição do serviço, assim dispôs no item 3 do Anexo I, Apêndice B, Lote 02 - Apoio a Segurança Não Armada:

Lote 02, Item 05 - Apoio a segurança não armada - Profissional

3. Especificações do serviço:

3.1 Entende-se por serviço de apoio a segurança não armada a ação de controle de fluxo de pessoas durante um evento, bem como orientação do comportamento do público, de forma a zelar pelo bem-estar dos munícipes e visitantes expectadores do evento.



Portanto, ao que parece, o serviço licitado pelo município, embora entitulado de *“apoio a segurança não armada - profissional”*, não tem por finalidade garantir a incolumidade físicas das pessoas e a integridade do patrimônio e, consequentemente, não se enquadraria como atividade de segurança privada de vigilância patrimonial, regulamentada pela Portaria DPF 18.045/2023, que disciplina *“as atividades de segurança privada, armada e desarmada, desenvolvidas por empresas especializadas”* (art. 1º)³.

Já na fundamentação e descrição da necessidade da contratação (item 3 do Termo de Referência), a Secretaria Municipal de Turismo afirma o intuito de *“promover as condições mínimas necessárias para que todos seus eventos aconteçam com máxima ordem, salubridade e segurança possível”*.

Afirma, ainda, que a maioria dos eventos *“ocorre em vias públicas e praças da cidade, onde normalmente ocorre aglomeração de pessoas e que carecem dos equipamentos e serviços referentes às presentes contratações”*, fazendo-se necessário que as atividades encontrem *“um cenário propício para comemoração de todos os eventos propostos, uma vez que é necessário dar condições mínimas de segurança e salubridade para os munícipes e visitantes da cidade”*.

Destarte, cabe à Secretaria requisitante analisar o objeto que pretende contratar, ou seja, apoio a segurança não armada, cuja atividade é disciplinada pela Portaria DPF 18.045/2023 e somente pode ser desenvolvida por empresas de segurança privada devidamente autorizadas pela Polícia Federal e por vigilantes autorizados, ou apenas controle do fluxo de pessoas e orientação do comportamento do público, cuja atividade não é de vigilância, mas, ao que parece, de organização de eventos.

³ Art. 1º Disciplinar as atividades de segurança privada, armada e desarmada, desenvolvidas por empresas especializadas, por empresas que possuem serviço orgânico de segurança e por vigilantes que atuam nas empresas especializadas e nas empresas que possuem serviço orgânico de segurança, bem como regular a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.



Caso seja constatada a necessidade de segurança não armada para os eventos, com a atuação dos vigilantes patrimoniais de forma a assegurar a incolumidade físicas das pessoas e a integridade do patrimônio, tendo em vista que a descrição das atividades dispostas no item 3 do Anexo I, Apêndice B, Lote 02 não condizem com o referido objeto, s.m.j., o lote deverá ser revogado e a redação do item deverá ser alterada para que o lote seja novamente licitado.

Neste cenário, a recorrida restará inabilitada no futuro certame caso não detenha a autorização da Polícia Federal para o exercício da atividade de segurança/vigilância patrimonial.

Reitera-se, aqui, os apontamentos feitos no tópico anterior acerca da recomendação de envio de ofício ao Departamento da Polícia Federal a fim de solicitar orientação acerca da possibilidade de contratação dos serviços de segurança não armada para apoio aos eventos realizados pelo Município em locais externos, como ruas e praças.

Caso a Secretaria defina, de fato, necessitar apenas dos serviços de controle e orientação, conforme descrito no item 3, s.m.j., deverá revogar o lote 02, na forma do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, e alterar o Termo de Referência e o Edital a fim de que o objeto a ser licitado seja condizente com a atividade pretendida, *i.e.*, atividade de organização, sem a exigência que os serviços sejam prestados por empresas de segurança privada e vigilantes profissionais com autorização de funcionamento da Polícia Federal.

II.5. Da alegação de inexecuibilidade e descumprimento do piso salarial estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho

Conforme narrado no relatório, a recorrente afirma que a proposta da recorrente é inexecuível, configurando uma redução de 68,34% do valor estimado da licitação.



Afirma, ainda, que a recorrida não atende ao piso salarial estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho para a categoria de vigilante em eventos, conforme consta na CCT RJ000183/2024, cuja cláusula 44ª, §6º, prevê o pagamento para diárias de evento de até 10 horas o valor de R\$ 151,28, além do ticket refeição/alimentação de R\$ 28,65, totalizando o valor de R\$ 180,14, muito superior ao valor de R\$ 120,30 ofertado pela recorrente, devendo, portanto, ser desclassificada.

Inicialmente, cabe registrar que a **Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, registrada no MTE sob o n. RJ000186/2024, tem aplicação apenas no Município do Rio de Janeiro/RJ, conforme Cláusula Segunda⁴.**

O Município de Nova Friburgo possui sindicato próprio (Sindicato dos Vigilantes de Nova Friburgo), tendo sido encontrada no sítio eletrônico da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada – CONTRASP apenas a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 registrada no MTE sob o n. RJ000335/2022, com abrangência expressa em Nova Friburgo/RJ, dentre outros Municípios, com vigência até 31/12/2023.

Portanto, s.m.j., deve ser observada a Convenção Coletiva referente ao Município sede da empresa licitante, até o encerramento de sua vigência, sendo vedada a ultratividade da norma coletiva (art. 614, § 3º da CLT).

Considerando que o serviço de segurança privada só pode ser exercido por empresas especializadas, legalmente constituídas e devidamente autorizadas pela Polícia Federal, e considerando que a profissão de vigilante também é regulamentada pela Lei Federal 7.102/83, cujos profissionais contratados pelas empresas de segurança devem, obrigatoriamente, ser formados em cursos ministrados por escolas de formação de vigilantes, possuir o registro no Departamento de Polícia Federal e a Carteira Nacional do Vigilante (CNV), deve ser respeitado o piso salarial estabelecido para a categoria.

⁴ <https://sindvig.org.br/convencao-coletiva-de-trabalho/>



De acordo com as informações da ABREVIS – Associação Brasileira de Empresas de Segurança e Vigilância, a contratação e a prestação de serviços por “vigilante autônomo” não existe, *“uma vez que o profissional de segurança deve estar registrado numa empresa especializada e possuir o Certificado de Conclusão do Curso de Formação para Vigilantes, devidamente registrado na Polícia Federal e, também, ser registrado na D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) e possuir a Carteira Nacional do Vigilante para exercer a atividade”*.

Ainda que o profissional seja contratado na forma de *freelancer*, regido pelo art. 452-A da CLT, deverá o contrato *“ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não”*, sendo considerado empregado pelo artigo 3º da CLT.

Portanto, de qualquer forma, s.m.j., a empresa deverá observar o piso da categoria pela empresa licitante na contratação dos profissionais.

A recorrida alega que utiliza o salário do vigilante como paradigma para a formação de seu preço, entretanto esta utilização não significa que os serviços contratados se incluem nesta categoria profissional.

Reitera-se, quanto a este ponto, o abordado no tópico anterior quanto ao objeto licitado se tratar de serviço de segurança privada exercido por vigilante profissional ou apenas serviço de organização, o que deverá ser analisado pela Secretaria Municipal de Turismo.

Assim, caso seja licitado o serviço de apoio a segurança não armada, que só pode ser prestado por empresas especializadas e vigilantes profissionais, autorizados pela Polícia Federal, deverá ser observado o piso salarial da categoria pela empresa licitante na contratação dos profissionais.



Quanto à verificação da inexecuibilidade, assiste razão à Comissão de Pregão I em sua decisão (fls. 54/56), uma vez de que se trata de presunção relativa, devendo ser oportunizada ao licitante a apresentação de comprovação da capacidade de execução do contrato com os valores propostos, sendo certo que o subitem 14.4 do edital dispõe ser indício de inexecuibilidade proposta com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, o que deverá ser verificado pelo Pregoeiro, na forma dos subitens 14.4.1 e seguintes e art. 59 da Lei n. 14.133/2021.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria de Turismo** para ciência, manifestação e adoção das providências que entender cabíveis.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É como opina a Subprocuradoria de Processos Administrativos.

Nova Friburgo, 09 de abril de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

Ratifico o parecer *retro*, em sua integralidade. Pela remessa a **Secretaria Municipal de Turismo** para prosseguimento.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 63.347

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347



Processo n.º 73891

Fls. 81 Rúb.:

A: Comissão de Pregão I

Prezados,

A Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade vem informar que decidiu acatar a sugestão da Procuradoria Geral do Município apresentado no relatório às fls 61 a 80 e **REVOGAR o Lote 02 – Apoio a Segurança Não Armada**, no Pregão Eletrônico 276/2023.

Esta decisão é fundamentada no princípio de autotutela, que confere à Administração Pública o poder de controlar os próprios atos, revogando-os quando necessário ou inoportuno.

Portanto, a revogação deste lote tem como objetivo principal propiciar a reformulação do edital de modo a torná-lo mais transparente e claro possível para um novo procedimento futuro. Acreditamos que esta medida contribuirá para evitar vícios que possam trazer prejuízo à Administração Pública, além de assegurar a igualdade de condições entre os participantes do certame.

Estamos comprometidos em conduzir nossas atividades pautados pelos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e transparência, visando garantir um processo licitatório justo e equitativo.

Retorno à Comissão de Pregão I para procedimentos cabíveis.

Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo e Marketing da Cidade
Mat.: 062.790